

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – DCJ
CURSO DE DIREITO

IZABEL CRISTINA PONTES DE MEDEIROS

**INCOMPLETUDE INSTITUCIONAL: DESAFIOS NO CUMPRIMENTO DA
MEDIDA DE SEMILIBERDADE NA UNIDADE DE JOÃO PESSOA**

SANTA RITA - PB

2017

IZABEL CRISTINA PONTES DE MEDEIROS

**INCOMPLETUDE INSTITUCIONAL: DESAFIOS NO CUMPRIMENTO DA
MEDIDA DE SEMILIBERDADE NA UNIDADE DE JOÃO PESSOA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Direito do
Departamento de Ciências Jurídicas da
Universidade Federal da Paraíba – UFPB,
como exigência parcial para obtenção do
grau de Bacharel em Ciências Jurídicas.

Orientadora: Prof. Ms. Manuela Braga
Galindo

SANTA RITA - PB

2017

Medeiros, Izabel Cristina Pontes de.

M488i Incompletude Institucional: desafios no cumprimento da medida de semiliberdade na unidade de João Pessoa / Izabel Cristina Pontes de – Santa Rita, 2017.
137f.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal da Paraíba.
Departamento de Ciências Jurídicas, Santa Rita, 2017.
Orientadora: Prof^a. Ma. Manuela Braga Galindo.

1. Incompletude Institucional. 2. Sistema de Garantia de Direitos. 3. Medida de Semiliberdade. I. Galindo, Manuela Braga. II. Título.

BSDCJ/UFPB

CDU – 34-053.2

IZABEL CRISTINA PONTES DE MEDEIROS

**INCOMPLETUDE INSTITUCIONAL: DESAFIOS NO CUMPRIMENTO DA
MEDIDA DE SEMILIBERDADE NA UNIDADE DE JOÃO PESSOA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Direito do
Departamento de Ciências Jurídicas da
Universidade Federal da Paraíba – UFPB,
como exigência parcial para obtenção do
grau de Bacharel em Ciências Jurídicas.

Orientadora: Prof. Ms. Manuela Braga
Galindo

Aprovada em 31 de outubro de 2017

Banca examinadora

Prof.^a Ms. Manuela Braga Galindo

Orientadora

Prof. Ms. Emerson Erivan de Araújo Ramos

Examinador

Prof.^a Ms. Tayse Ribeiro de Castro Palitot

Examinador

AGRADECIMENTOS

A Deus agradeço por ter me dado a oportunidade, sei o quanto cresci especialmente como pessoa e cidadã. Agradeço também a Santa Maria, mãe Rainha e Misericordiosa por estar ao meu lado em todos os momentos dessa jornada, abençoando e protegendo essa filha que a ela consagra a sua vida.

Aos meus pais, Odilon Francelino de Pontes e Maria Ana de Souza Pontes minha gratidão meu pai pelo exemplo, minha mãe pelo estímulo aos estudos. Aos meus filhos Isabella Pontes de Medeiros, Paulo Vinícius Pontes de Medeiros e Mariana Pontes de Medeiros, meu melhor projeto e minha maior realização, a minha nora, Wanessa Kallyne Nascimento Martins agradeço por estar sempre disponível a ajudar de diversas formas quando precisei.

Aos demais familiares e amigos que de forma muito direta ou mesmo indireta ajudaram incentivaram e compreenderam as ausências, ao Sr. Rosildo Ribeiro Bessa (in memorian), meu sogro que sempre valorizou os estudos como forma de promoção e transformação pessoal.

Ao meu amor, Paulo Medeiros, por ter cuidado tão bem de mim por todos esses anos com cumplicidade, companheirismo e amor. Agradeço por estimular e acreditar no meu melhor “gostaria de ser e de saber o quanto você acredita que posso”. Muito obrigada!

A Terezinha Brito, por me escutar com tanto carinho, sempre me estimulado e torcendo por mim. A Niely, Larissa Regina, Angélica, “minha turma da xerox”, por toda a cumplicidade e companheirismo ao longo desses períodos. A Wegna Henriques e Luana Vanessa, por terem sido minhas companheiras de tantas idas e voltas, com as quais aprendi tanto, a meiguice e o carinho de vocês ficaram no meu coração.

A todos os meus professores, especialmente aqueles que enxergaram não as minhas limitações, mas as minhas possibilidades, não só os da Universidade Federal como também os da Faculdade Mauricio de Nassau, os quais agradeço por todo o conhecimento transmitido a mim, de forma muito especial ajudaram no meu crescimento profissional e humano. Em especial, a Prof.^a Manuela Braga Galindo, por toda paciência, atenção e incentivos dedicados a mim durante todo esse projeto, de maneira alguma poderia ter escolhido uma orientadora melhor!

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar a incompletude institucional como desafios no cumprimento da medida de semiliberdade na unidade de João Pessoa. Analisando o processo socioeducativo e a contextualização da medida de semiliberdade usando como base documentos de gestão, Regimento interno, dados estatísticos, dentre outros dados e documentos da unidade do município de João Pessoa/PB. A pesquisa de cunho qualitativo analisa a realidade institucional em razão da singularidade e incompletude de cada Sistema para acolher adolescentes em conflito com a lei submetido a medida socioeducativa de Semiliberdade, buscando demonstrar as dificuldades e ineficácia do sistema atual.

Palavra-chave: Incompletude Institucional, Sistema de Garantia de Direitos, Medida de Semiliberdade.

ABSTRACT

The present study had the objective of analyzing the institutional incompleteness as challenges in the fulfillment of the measure of semi - freedom in the João Pessoa unit. Analyzing the socio-educational process and the contextualization of the semi-liberty measure using as basis management documents, Internal Regiment, statistical data, among other data and documents of the unit of the municipality of João Pessoa / PB. The qualitative research analyzes the institutional incompleteness due to the singularity and incompleteness of each System to accommodate adolescents in socio-educational measure of *Semi liberty* seeking to demonstrate the inefficacy of the current system.

Keywords: Institutional Incomplete, Guarantee System of Rights, Measure of Semi liberty.

LISTA DE SIGLAS

CAIS	–	Centro de Atendimento Integral de Saúde
CAPS	–	Centro de Atenção Psicossocial
CEDCA	–	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMDCA	–	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONANDA	–	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNAS	–	Conselho Nacional de Assistência Social
CNJ	–	Conselho Nacional de Justiça
CRAS	–	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	–	Centro de Referência Especializada de Assistência Social
CTA	–	Centro de Testagem e Aconselhamento
DETRAN	–	Departamento Estadual de Trânsito
ECA	–	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	–	Educação de Jovens e Adultos
FAT	–	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FNAS	–	Fundo Nacional de Assistência Social
FNDE	–	Fundo Nacional de Desenvolvimento a Educação
FUNDAC	–	Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice de Almeida
IRPF	–	Imposto de Renda Pessoa Física
LBA	–	Legião Brasileira de Assistência
LDB	–	Lei de Diretrizes e Bases
LOAS	–	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	–	Ministério do Desenvolvimento Social
PETI	–	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAS	–	Política Nacional de Assistência Social
PIA	–	Plano Individual de Atendimento
PPP	–	Projeto Político Pedagógico
PROEG	–	Programa de Acompanhamento ao Egresso
PRONATEC	–	Programa Nacional de Acesso do Ensino Técnico e Emprego
PSF	–	Programa de Saúde da Família
RI	–	Regimento Interno

SE	–	Sistema Educacional
SENAI	–	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	–	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESI	–	Serviço Social da Indústria
SGD	–	Sistema de Garantia de Direito
SINASE	–	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SINDIPLAVE	–	Sindicato Estadual dos Fabricantes de Placas de Veículos Automotores da Paraíba
SJSP	–	Sistema de Justiça e Segurança Pública
SUAS	–	Sistema Único da Assistência Social
UPA	–	Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	10
2.	CAPÍTULO I – O Sistema de Garantias, a Rede de Proteção e o Princípio da Incompletude Institucional.....	14
2.1.	A Mudança da Situação Irregular para a Proteção Integral.....	15
2.2.	O Sistema de Garantia de Direito.....	17
2.3.	A Rede de Proteção.....	19
2.4.	Incompletude Institucional.....	20
3.	CAPÍTULO II – As medidas Socioeducativas como Instrumento de Concretização do Princípio da Incompletude Institucional.....	25
3.1.	Os Sistemas de Proteção.....	26
3.2.	As Medidas Socioeducativas.....	30
3.3.	A Medida de Semiliberdade.....	34
3.4.	A incompletude Institucional no Processo Socioeducativo de Semiliberdade.....	38
4.	CAPÍTULO III – A Contextualização da Aplicação da Medida de Semiliberdade na Unidade Socioeducativa de João Pessoa – PB....	40
4.1.	As Medidas Socioeducativas na Paraíba.....	40
4.2.	A Medida de Semiliberdade na Unidade de João Pessoa.....	42
4.2.1.	A Estrutura Física.....	43
4.2.2.	Composição da Equipe Socioeducativa.....	44
4.2.3.	A Metodologia Institucional.....	45
4.3.	A Semiliberdade e o Sistema de Garantia de Direitos.....	46
4.4.	A Avaliação e o Monitoramento das Ações do Atendimento.....	49
	CONSIDERAÇÕES.....	55
	REFERÊNCIAS.....	58
	ANEXO I - REGISTRO TÉCNICO (Semiliberdade - Assistente Social)..	63
	ANEXO II – ESTATÍSTICA MENSAL (Semiliberdade – 2016)	79

1. INTRODUÇÃO

A execução das medidas socioeducativas representa uma intervenção do Estado ao adolescente autor de ato infracional de acordo com a gravidade obedecendo aos princípios da brevidade e da excepcionalidade. Sua interferência não pode ocorrer de maneira isolada e assim, todas as políticas devem ser executadas de forma integrada, visando à proteção integral que estabelece a oferta de ações serviços e de natureza social e protetiva, através de articulações entre as políticas de educação, saúde, trabalho, cultura, esporte, segurança pública e justiça.

A Incompletude Institucional é um princípio que tem como base a organização política, administrativa e pedagógica da intervenção socioeducativa, em situação de privação de liberdade do direito do adolescente autor de ato infracional, permeando a prática dos programas socioeducativos e das redes socioassistenciais. Este princípio exige que os programas socioeducativos contem com a participação de políticas setoriais, como um conjunto articulado de ações para a organização das políticas de atenção à infância e juventude, de modo a superar a fragmentação e proporcionar a integração das ações, resguardadas às especificidades e competências de cada área.

O legislador, visando a socialização e a educação do adolescente infrator, considerando sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, institui as medidas socioeducativas, que tem como embasamento o caráter essencialmente pedagógico, com a finalidade de inseri-los ao meio social e evitar a reiteração do ato infracional.

As medidas socioeducativas elencadas no art. 112, incisos de I a VII, são formas de responsabilizar os adolescentes por seus atos lesivos, aplicadas pela autoridade judiciária competente a depender da infração, respaldado em análise das circunstâncias, gravidade do ato e personalidade do infrator.

Segundo Liberati (2006), a medida socioeducativa é a manifestação do Estado em resposta ao ato infracional praticado por adolescente de até 18 anos, de natureza jurídica impositiva sancionatória e retributiva, cuja aplicação objetiva é inibir a reiteração, desenvolvida com a finalidade pedagógica educativa.

As medidas privativas de liberdade são consideradas mais rigorosas frente a possibilidade do adolescente permanecer em instituições próprias com privação ou restrição de sua liberdade em tempo parcial ou integral, definidas assim por medida de semiliberdade e medida de internação.

A medida de semiliberdade é uma forma parcial de institucionalização, onde o socioeducando encontra-se privado em parte do tempo do seu direito de ir e vir, sendo essenciais as atividades externas para ação educativa imposta pela medida, prevista no art. 120 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esta pode ser aplicada como medida inicial ou como forma de progressão para o meio aberto possibilita a participação na vida comunitária em diferentes programas que atendam as características e necessidade individuais, priorizando os vínculos familiares e comunitários, sendo obrigatório a escolarização e profissionalização.

Como o princípio da Incompletude Institucional ocupa um lugar privilegiado no contexto da socioeducação, logo, configura-se num espaço propício para a fomentação das discussões em torno da eficácia do processo socioeducativo e, conseqüentemente, de crimes contra a dignidade do adolescente e do jovem submetidos à medida de semiliberdade, podendo interferir substancialmente no papel socioeducativo dessa medida e influenciar seu resultado e sua eficácia, contribuindo para o aumento da reincidência de atos infracionais e mortalidades dos socioeducandos.

O sentido do princípio da incompletude institucional, em sua origem, é de ser um instrumento para proporcionar a eficácia das medidas socioeducativas. Caso o conjunto de ações se concretizassem na prática, possivelmente a medida socioeducativa de semiliberdade seria eficaz, de modo que as políticas públicas alcançassem às especificidades dos adolescentes em cumprimento dessa medida, como previsto no ECA e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, em consonância com as competências dos órgãos públicos para concretização do que está escrito nos documentos legais.

Tendo o SINASE como instrumento normativo desde 2006, os órgãos deliberativos e gestores pouco avançaram no sentido de fazer valer esse princípio. Após 11 anos, hoje Lei, podemos observar alguns avanços, mas a realidade da

medida socioeducativa de semiliberdade em João Pessoa, pouco avançou na efetivação das articulações e inserção dos educandos nas ações da rede de serviços socioassistenciais e educacionais.

As políticas destinadas a essa população são poucas ou quase inexistentes, levando em consideração a demanda e a efetivação de ações destinadas aos adolescentes do sistema socioeducativo, em especial na medida de semiliberdade, onde a escolarização e a profissionalização é prevista para ser realizada de forma compulsória. Portanto, a ausência da concretização pode ser um fator que reflete substancialmente no papel socioeducativo da medida e desencadeia o retorno de uma grande parcela dos adolescentes e jovens à reincidência de atos infracionais, quando não a morte

A importância da Incompletude Institucional reside na necessidade de se reduzir os atritos entre o adolescente infrator e a sociedade. Se o Sistema Socioeducativo fosse mais eficaz, contribuindo para a ressocialização e reinserção do adolescente na sociedade, talvez houvesse a diminuição dos atos infracionais e maior colaboração e participação da sociedade no processo socioeducativo rompendo os paradigmas da exclusão e discriminação.

O marco situacional do Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo da Paraíba lembra que o adolescente em conflito com a lei na Paraíba, em regra, vive em situação de vulnerabilidade e risco social, baixa renda, falta de lar, baixa escolaridade, violência e desestruturação familiar, exploração sexual, associados muitas vezes ao uso e tráfico de drogas que formam verdadeiros legião de seguidores envolvendo crianças e adolescentes em facções criminosas.

Desta forma, este trabalho se propõe a estudar a Incompletude Institucional como desafio na efetivação das ações socioeducativas e mais especialmente, no cumprimento da medida de semiliberdade na unidade de João Pessoa. Tal medida encontra dificuldade na efetivação das articulações para inserir os socioeducandos nas ações da rede de serviços educacionais, profissionais e socioassistenciais que visem a efetivação das políticas públicas destinadas aos adolescentes do sistema socioeducativo.

Essa realidade acende o seguinte questionamento, que a medida de semiliberdade na unidade de João Pessoa não seja eficaz pela a inexistência do conjunto de ações articuladas do Sistema de garantia de Direitos, contrariando o princípio da incompletude institucional.

O propósito desta pesquisa de cunho qualitativo (OLIVEIRA, 2005), é analisar como a incompletude institucional em razão da singularidade e complexidade de cada Sistema tem instituído a rede de ações e serviços, que deve acolher adolescentes em medida socioeducativa de Semiliberdade na unidade de João Pessoa. O método de abordagem é o dedutivo que permite verificar o contrassenso da norma em relação a realidade vivenciada na prática

Para cumprir com a proposta trazida o trabalho vai ser dividido em três capítulos: o primeiro capítulo aborda os aspectos conceituais referentes ao Sistema de Garantia de Direitos, rede de atendimento e o princípio da Incompletude Institucional, abrangendo as temáticas das ações e articulações dos sistemas no processo socioeducativo.

No segundo capítulo, abordaremos as características das medidas socioeducativas e os parâmetros normativos trazidos pelo SINASE como instrumento de concretização do princípio da Incompletude Institucional, em especial na medida socioeducativa de semiliberdade, objeto deste estudo.

No terceiro capítulo, apresentaremos a contextualização da realidade da aplicação da medida socioeducativa de semiliberdade na unidade de João Pessoa, seus aspectos pedagógicos e estruturais e sua relação com as redes socioassistenciais para a inclusão dos educandos nos serviços e programas, destinados a garantir a efetividade do processo socioeducativo e concretude do princípio da Incompletude Institucional, na complementariedade das ações necessárias para eficácia da medida.

2. CAPÍTULO I – O sistema de Garantias, a Rede de Proteção e o princípio da Incompletude Institucional.

Com o índice de crianças e adolescentes abandonados e explorados aumentando cada vez mais ao longo do tempo, a existência de um sistema protetivo pouco eficaz passou a ser motivo de preocupação para a população mundial, uma vez que submetidos a situação, por vezes deplorável, fez com que essa questão ganhasse cada vez mais espaço na sociedade.

Assim, na década de 80, a busca pela democracia tornou-se mais concreta e frequente com o advento da Constituição de 1988, ao dar maior ênfase a proteção e a garantia dos direitos da criança e do adolescente, retirando a responsabilidade plena do Estado e colocando também a família e a sociedade como responsável.

O modelo de assistência à infância e adolescência no Brasil, a partir de 1980, sofreu grande transformação, influenciado pelos movimentos sociais advindos do processo de abertura política, desmistificando de certa forma a ideologia estabelecida no imaginário social sobre o menor abandonado submetido à situação irregular.

O novo modelo concretizado pela norma constitucional criou o Estado de Bem-Estar Social, fundamentado na valorização da vida em família, na inclusão social e na reintegração comunitária, trazendo a criança e o adolescente como sujeito de direito e instituindo a proteção integral como doutrina de atendimento a essa camada populacional.

O Diploma Jurídico de 1988, no seu Art. 227, diz que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, estabelecendo normas punitivas na forma da lei sobre o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente, causando claramente o rompimento com a Doutrina da Situação

Irregular existente e abraçando a Doutrina da Proteção Integral Consubstanciada em nossa Carta Magna.

2.1. A Mudança da Situação Irregular para a Proteção Integral

A transição do paradigma da situação irregular para a chamada proteção integral teve seu marco histórico com a promulgação de Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, mudando a etiologia da criminalidade para causas estruturais ligadas ao processo do desenvolvimento da desigualdade social, má distribuição de renda, acesso a bens públicos, entre outras, ligadas às origens históricas instituídas pelo desenvolvimento político-econômico do nosso país.

O Código Mello Mattos, primeiro diploma legal elaborado para controle da infância abandonada e delinquentes menores de 18 anos de ambos os sexos, previa um tratamento mais humanizado e sistematizado, estabelecendo a intervenção estatal na área social voltada para assistência pela primeira vez no Brasil. Essa norma não tinha como objeto as crianças com famílias instituídas, e sim as crianças pobres, abandonadas e delinquentes consideradas em situação irregular, apesar de manter o estigma do delinquente como uma ameaça à sociedade (VERONESE, 2003).

A Doutrina da Situação Irregular não visava proteger ou assegurar direitos a todos, era destinada apenas para aqueles que se encontrava em situação de vulnerabilidade social, legitimando a intervenção do Estado através da ação direta do Juiz de Menores e da inclusão do menor no sistema de assistência adotado pela Política Nacional do Bem-Estar do Menor, que ao constatar a situação irregular o menor passava a ser objeto de tutela do Estado. Geralmente, toda e qualquer criança ou adolescente pobre era considerado menor em situação irregular.

Com o objetivo de promover a dignidade da pessoa humana, o Estatuto da Criança e do Adolescente institui um largo sistema de proteção para criança e adolescente, estabelece seus direitos e as formas de garantir e proteger esses direitos, criando normas para salvaguarda-las de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, sendo punido na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais. (Art. 5º, ECA).

O artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente afirma que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a finalidade de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990). Este, coloca como dever do Estado da sociedade e da família, assegurar e garantir os direitos da criança e do adolescente para protegê-la de qualquer arbitrariedade. E ainda, criou os Conselhos de direitos que possibilita o Estado e a sociedade a participar e atuar na defesa dos direitos da criança e do adolescente que se encontram em situações de violação dos direitos individuais e situação de risco.

Assim, acrescenta Veronese (2003), sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente:

O Estatuto da Criança e do Adolescente criou os conselhos de direitos em âmbito nacional, estadual, e municipal que passam a ser canal de participação e envolvimento conjunto do Estado e da Sociedade na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, e os conselhos tutelares que atuam no caso de violação dos direitos individuais que se encontram em situação de risco (2003, p.40)

A Constituição de 1988, ao colocar a criança e adolescente como prioridade absoluta, define os direitos que lhe são assegurados. Em seu texto, já anunciava uma ação articulada entre diversos setores, tanto entre os entes públicos, como entre os diferentes setores e, através de normas específicas, foi consolidando um sistema tríptico de prevenção primária, secundária e terciária, constituído inicialmente das políticas públicas, seguido das medidas de proteção e por último, das medidas socioeducativas, acionada de maneira gradativa na medida em que a criança e o adolescente escapam do sistema de proteção.

A superação da vulnerabilidade necessita acontecer a partir do território vivido, de maneira a propiciar o enraizamento, o qual só é possível de se efetivar se houver o acesso a direitos sociais nesse espaço [...] para que as famílias possam efetivar seus direitos de terem de volta suas crianças e/ou adolescentes, garantindo a elas a convivência familiar e comunitária, faz-se imprescindível que a habitação segura, o trabalho, a renda, a segurança alimentar seja garantida. E que o território habitado conte com escola,

atendimento de saúde, lazer, esporte e bens culturais de qualidade (BAPTISTA, FAVERO & VITALE, 2008).

2.2. O Sistema de Garantia de Direitos

Ao definir competências e atribuições dos procedimentos judiciais que são submetidos às crianças e adolescentes à Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, instituíram uma rede de “proteção geral de direitos”, visando à garantia da proteção integral ao qual denominou de Sistema de Garantia de Direito (SGD). Nele incluem-se princípios e normas do atendimento à criança e adolescente, cujas ações são promovidas pelo poder público nas três esferas (federal, estadual distrital e municipal) e pelos três poderes (executivo, legislativo e judiciário) e sociedade civil, norteados sob três eixos (proteção, defesa e controle social), inserido neste contexto todas as fases do atendimento ao adolescente em conflito com a lei, da apuração do ato infracional a execução das medidas socioeducativas.

Este tríptico sistema, de prevenção primária (políticas públicas), prevenção secundária (medidas de proteção) e prevenção terciária (medidas socioeducativas), opera de forma harmônica, com acionamento gradual de cada um deles. Quando a criança e o adolescente escapar ao sistema primário de prevenção, aciona-se o sistema secundário, cujo grande agente operador deve ser o Conselho Tutelar. Estando o adolescente em conflito com a lei, atribuindo-se a ele a prática de algum ato infracional, o terceiro sistema de prevenção, operador das medidas socioeducativas, será acionado, intervindo aqui o que pode ser chamado genericamente de sistema de Justiça (Polícia/Ministério). Público/Defensoria/Judiciário/Órgãos Executores das Medidas Socioeducativas) (SARAIVA,p.87 2010).

Para o fortalecimento e institucionalização do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, em 2006, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, na Resolução nº 113, estabelece os parâmetros em consonância com a Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A Resolução no artigo 1º, constitui o Sistema de Garantia de Direitos em uma articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil para aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de

promoção, defesa e controle para efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal.

Todos os sistemas nacionais de operacionalização de políticas públicas articulam-se abrangendo as áreas de educação, saúde, assistência social, trabalho, segurança pública, planejamento orçamentário, relações exteriores, promoção de igualdade e valorização da diversidade.

O Sistema que atua sobre esse ambiente específico relacionando ao atendimento ao adolescente autor de ato infracional é o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), instituído pela Lei 12.594/2012, que estabelece a articulação com os demais Sistemas (SUS, SUAS, SE, SJSP), constituindo uma política pública destinada a regulamentação da execução das medidas socioeducativas, criando parâmetros norteadores de gestão e atendimento socioeducativo.

O SINASE vem determinando a adequação do orçamento público, visando atender às necessidades para uma maior eficácia das medidas e estabelecer a articulação interinstitucional, tendo como base também a Lei nº 8.429/1992 que institui a responsabilização dos gestores, operadores e entidades de atendimento. Vem com inovações referentes à capitalização dos recursos e operacionalização dos Fundos dos Direitos da Criança e do adolescente, incluindo também a possibilidade de doação de 3% do imposto devido na Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF).

Definindo assim, as formas de financiamento para criação e manutenção de programas e serviços do Sistema Socioeducativo, incluindo o Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento a Educação (FNDE). Os avanços na construção das políticas públicas para crianças e adolescentes a partir do ECA e seus desdobramentos, torna-se imperativo avaliar a sua implementação constantemente, porque no decorrer do tempo pode-se observar que só as leis não bastam, é necessário que transformem os direitos em realidade através das políticas sociais.

A sociedade brasileira é composta por estruturas sociais que são visivelmente hierarquizadas, nela se observa o paternalismo e a autocracia nos vários níveis de

poder, determinando o papel social de cada grupo, aliados a uma escala de privilégios jurídico-político, onde os mais privilegiados assumem posições de mando enquanto que os menos privilegiados e desprivilegiados obedecem e cumprem as obrigações designadas. Nesse tipo de sociedade, as crianças e os adolescentes se incluem entre aqueles de menos privilégios, especialmente os oriundos de famílias de baixa renda e baixa instrução.

2.3. A Rede de Proteção

A Constituição fomenta o cenário político e novas concepções que vão além do ECA, com os Conselhos que refletiriam as novas ideias necessárias para a socialização das mudanças do novo ordenamento jurídico, trazendo uma avançada concepção político-jurídica definida como sujeito de direitos. Criados os Conselhos para atuar em 4 níveis: o Conselho Tutelar e os de Defesa de Direitos a nível municipal, o CMDCA, estadual, o CEDCA e, em instância nacional, o CONANDA.

A partir daí foram surgindo nos anos seguintes, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), instituindo nessa fase as políticas públicas de enfrentamento da desigualdade social, o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), incumbido da assistência à população de baixa renda e responsável para prover as políticas públicas de acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

O órgão gestor de Assistência Social, de acordo com o princípio da intersectorialidade e da Incompletude Institucional, deve estabelecer a articulação em rede, para alcançar a complementaridade das ações dos CREAS com os demais órgãos envolvidos no acompanhamento às famílias e aos indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos que exigem atenções para além das proporcionadas pelo CREAS.

Considerando a complexidade destas situações na busca do acesso dos usuários aos demais serviços, projetos e programas que integram o SUAS e às outras políticas públicas (Orientações Técnicas para o CRAS, 2009). Estabelece o trabalho em rede com o objetivo de integrar as políticas sociais, na sua elaboração, execução, monitoramento e avaliação, para superar a fragmentação e proporcionar

a integração das ações, resguardada às especificidades e competências de cada área.

Nesse sentido, o trabalho em rede pode ser compreendido como um processo que cria e mantém conexões entre diferentes organizações, a partir da compreensão do seu funcionamento, dinâmicas e papel desempenhado, de modo a coordenar interesses distintos e fortalecer os comuns (MDS, 2009).

2.4. A Incompletude Institucional

A Incompletude Institucional é um princípio que tem como base a organização política, administrativa e pedagógica da intervenção socioeducativa em situação de privação de liberdade, dos direitos dos adolescentes submetidos à medida socioeducativa, permeando a prática dos programas desde a apuração do ato infracional ao cumprimento das medidas, como também das redes socioassistenciais.

Art. 8º (SINASE): Os Planos de Atendimento Socioeducativo deverão, obrigatoriamente, prever ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte, para os adolescentes atendidos, em conformidade com os princípios elencados na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

A Incompletude Institucional é caracterizada pela utilização do máximo possível de serviços na comunidade, responsabilizando as políticas setoriais no atendimento ao adolescente. No seu Art. 86, o ECA revela a lógica de um conjunto articulado de ações, evidenciado a importância do caráter sociopedagógico de promoção para a eficácia da medida e reinserção do adolescente no meio familiar e comunitário como um cidadão de direito através do trabalho em rede visando a sua integralidade.

Art. 86. (ECA): A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Ao Sistema de Garantia de Direito, foi delegado a tarefa de efetivar o atendimento nos diversos órgãos de forma articulada, visando o fortalecimento

desse sistema, a integração das instâncias públicas, governamentais, não governamentais e da sociedade civil na aplicação dos instrumentos normativos de funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle, necessário para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, nos níveis federal, estadual, distrital e municipal (Resolução 113/ 2006 - CONANDA).

Na medida de semiliberdade, as atividades propostas são priorizadas na comunidade, evidenciando a importância do fortalecimento desse sistema para a garantia dos direitos, especialmente no processo socioeducativo. Assim, a Incompletude Institucional é um princípio que permeia todas as ações na referida medida e envolve a equipe socioeducativa, o adolescente e sua família.

A Incompletude Institucional é vista como instrumento que busca nos serviços e nos recursos institucionais e comunitários garantir os direitos dos adolescentes e jovens em conflito com a lei ao pleno desenvolvimento, assegurando todos os demais direitos que não são vedados judicialmente através do acesso às políticas destinadas ao seu atendimento, executada em sua maioria fora do âmbito da instituição socioeducativa tendo como fim a “busca da completude”.

O princípio da Incompletude orienta o Estado a pautar-se pela necessidade de se “eliminar as diferenças entre o mundo da prisão e o mundo livre, utilizando os serviços (...) da comunidade” (MENDES & COSTA, 1994, p. 51).

É importante ressaltar que, o princípio da Incompletude Institucional ocupa um lugar privilegiado no contexto da socioeducação, especificamente na responsabilização do Estado em sua atribuição para suprir as necessidades básicas dos adolescentes submetidos às medidas socioeducativas em meio fechado, em vista a natureza pedagógica e o respeito à singularidade do sujeito em condição peculiar de desenvolvimento físico, psíquico e social, realçando a importância de se criar condições concretas para que o adolescente em conflito com a lei possa ser assistido por um conjunto de política que possibilite a transformação de sua realidade pessoal e social.

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo assume a função de articulador de políticas sociais em diferentes áreas, afirmando imperativamente que se faz necessário o atendimento global ao adolescente, atribuindo ao processo

socioeducativo uma função que ultrapassa a execução/gestão do programa e visando as articulações de redes e diferentes profissionais, ao mesmo tempo que impõem a responsabilidade pela proteção ao Estado com a participação da família e da sociedade para garantir as condições mínimas necessárias a sua execução.

Outra relevante função da Incompletude Institucional, reside na necessidade de se reduzir os atritos entre o adolescente infrator e a sociedade, como forma de proporcionar um processo socioeducativo mais eficaz, contribuir para a ressocialização e reinserção do adolescente na sociedade com maior colaboração e participação da sociedade no processo, para romper os paradigmas da exclusão e descriminação.

A proteção integral ao adolescente definida no Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA necessita de um conjunto articulado de ações, instituições, políticas e recursos que visem com absoluta prioridade à garantia da proteção integral dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à liberdade, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (BANDEIRA, 2006).

A Incompletude Institucional visa às características da relação entre a instituição socioeducativa e a condição do sujeito em situação de privação de liberdade total ou parcial, de forma a garantir todos os demais direitos que não são vetados judicialmente como a integração social, os direitos individuais e sociais entre outros, estabelecidos no artigo 1º § 2º da Lei 12.594/12, (SINASE) como um dos objetivos a ser alcançado pela medida socioeducativa:

1. Políticas Sociais Básicas, direitos de todos e deveres do Estado, como educação e saúde;
2. Políticas de Assistência Social, para quem se encontra em estado de necessidade temporária ou permanente, como os programas de renda familiar mínima;
3. Políticas de Proteção Especial, como os programas de abrigo para as pessoas cuja integridade física, psicológica moral se encontram violada ou ameaçada de violação;
4. Políticas de Garantia de Direitos, para quem precisa pôr para funcionar em seu favor as conquistas do estado democrático de direito, como uma

ação do Ministério Público ou de um centro de defesa de direitos (COSTA, 2004).

Com dupla finalidade, a privação de liberdade das medidas é compreendida por responsabilização e garantia dos direitos. A institucionalização restringe a vida do adolescente a vida do cotidiano próprio da instituição e esta não possuindo as condições de garantir todos os seus direitos, o princípio da Incompletude Institucional informa a todos os envolvidos no processo socioeducativo que se faz necessário ir em busca da completude para nortear as ações do Estado, com a finalidade de eliminar as diferenças entre as condições de privação de liberdade e a liberdade, articulando ações e utilizando os recursos e serviços comunitários do local onde o adolescente está inserido através da rede socioassistênciais.

Neste princípio, estão inseridos os direitos dos adolescentes e a noção de responsabilidade do Estado, ou seja, o dever estatal *versus* o direito dos adolescentes, frente às dinâmicas institucionais alimentadas por práticas que se caracterizam por ausências e excessos que fortalecem o princípio da Incompletude Institucional, inserindo-o na prática socioeducativa.

As entidades e/ou programas de atendimento socioeducativo deverão oferecer e garantir o acesso aos programas públicos e comunitários (de acordo com a modalidade de atendimento): escolarização formal; atividades desportivas, culturais e de lazer com regularidade e frequência dentro do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE e fora dos programas de atendimento; assistência religiosa; atendimento de saúde na rede pública (atendimento odontológico; cuidados farmacêuticos; inclusão em atendimento à saúde mental aos adolescentes que dele necessitem, preferencialmente, na rede SUS extra-hospitalar; à saúde reprodutiva e sexual, ao tratamento de doenças crônicas e cuidados especiais à saúde); inserção em atividades profissionalizantes e inclusão no mercado de trabalho, inclusive para os adolescentes com deficiência, em conformidade com o Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999 (BRASIL, 2006a).

Os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, em sua maioria, são oriundos de famílias de baixa renda e, ao serem inseridos no processo socioeducativo, observa-se baixa escolaridade decorrente do abandono escolar em consequência sem perspectiva para o mercado de trabalho, além de enfrentarem o estigma pelo envolvimento na criminalidade, justificando a atuação do Ministério

Público do Trabalho, responsável pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais e indisponíveis relativos à criança e ao adolescente nas relações de trabalho (Art. 83 da Lei Complementar n. 75/93), para se identificar a relevância do direito dos adolescentes privados de liberdade, de ter garantia de escolarização e profissionalização, na forma do disposto no Art. 124, IX, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A FUNDAC – unidade gestora das medidas socioeducativas de privação e restrição de liberdade – desde 1987, mantém apenas uma unidade para oferecer a iniciação profissional para os socioeducandos de ambos os sexos na faixa etária entre 14 e 17 anos e 4 meses e familiares, através de uma atividade educacional profissionalizante em formato de curso de auxiliar de panificação, pastelaria, e atendente de balcão, com duração de 04 meses, oferecendo apenas 12 vagas por semestre e sua certificação não é reconhecida como qualificação de um curso profissionalizante.

No universo do atendimento socioeducativo de privação e restrição de liberdade e da necessidade de qualificação profissional, essa atividade não tem uma representatividade significativa para inserir a demanda da socioeducação no mercado de trabalho especificamente os educandos da semiliberdade para servir como mecanismo para eliminar as diferenças da privação e a liberdade, como garantia de não se restringir os demais direitos dos educandos e fazer cumprir um dos requisitos da medida que é a obrigatoriedade da profissionalização.

Nesse contexto, a Incompletude Institucional, objeto de nosso estudo, surge como uma rede de ações e serviços, que absorve o adolescente antes do ato infracional como um conjunto de políticas básicas que deveria garantir o pleno atendimento integral como prevenção da conduta delitiva e no momento em que o adolescente é responsabilizado pelo ato infracional considerando a sua vivência no que tange a sua autonomia de escolha, como também a ausência de proteção instituída pela omissão das políticas públicas e responsabilização do Estado para suprir e garantir os seus direitos.

O aumento da criminalidade e violência, cooptação de crianças por grupos de traficantes, os esforços de implementação do ECA e do SINASE nas últimas décadas, constatou um amplo distanciamento entre a prática concreta realizada

dentro das unidades socioeducativas e o que foi preconizado pelo ECA/SINASE, ensejando grande pressão para o confinamento e para a redução da idade penal, trazendo um modelo de internato-prisão como principal intervenção especialmente junto à juventude pobre que vive à margem da sociedade

3. CAPÍTULO II – As medidas Socioeducativas como Instrumento de Concretização do Princípio da Incompletude Institucional

Neste capítulo vamos tratar das medidas socioeducativas, apresentando mais especialmente a medida de semiliberdade que é objeto do presente trabalho, para em seguida fazer as conexões com o princípio da Incompletude Institucional, no sentido de identificar o seu papel na complementação das ações estabelecidas para o processo socioeducativo e sua efetivação na prática socioeducativa da medida de semiliberdade.

A organização política, administrativa e pedagógica da intervenção socioeducativa até chegar na privação de liberdade, passa por um sistema tríplice de prevenção composto da prevenção primária, com as políticas públicas, da prevenção secundária, tendo o Conselho Tutelar como agente operador das medidas de proteção aplicada às crianças de até 12 anos e a prevenção terciária, que são as medidas socioeducativas através do sistema de justiça, constituído pelo Ministério Público, Polícia, Defensoria, Judiciário e Órgãos Executores das medidas socioeducativas.

A Constituição, o ECA e o SINASE, ao instituir a proteção integral, estabelece um conjunto de direitos e garantias que subdivide-se em três grandes sistemas de proteção a população infanto-juvenil. O primeiro sistema trata das políticas públicas que devem ser dirigidas a todas as crianças e adolescentes, independentemente da situação em que estejam. O segundo sistema consiste nas medidas de proteção destinadas às crianças e adolescentes que se encontram em vulnerabilidade pessoal e social e, possui caráter preventivo destinado às crianças e adolescentes quando vítimas, quando ameaçados ou violados de seus direitos fundamentais. O terceiro sistema versa especificamente dos adolescentes em conflito com a lei. Portanto, acrescenta Veronese (1997), sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente:

O Estatuto da Criança e do Adolescente veio por fim a estas situações e tantas outras que implicavam numa ameaça aos direitos da criança e dos adolescentes, suscitando, no seu conjunto de medidas, uma nova postura a ser tomada tanto pela família, pela escola, pelas entidades de atendimento, pela sociedade e pelo Estado, objetivando resguardar os direitos das crianças e adolescentes, zelando para que não sejam sequer ameaçados.

Esses sistemas, através da descentralização das políticas, programas e ações destinadas à criança e ao adolescente, se complementam e representam as responsabilidades, sendo divididos entre os entes públicos nas três esferas de governos federal, estadual/distrital e municipal, para assegurar a “proteção integral e prioritária” não somente por parte do Poder Judiciário, mas pelo Poder Público e pela sociedade de um modo geral.

3.1. Os Sistemas de Proteção

As políticas voltadas às crianças e aos adolescentes funcionam como um arcabouço de proteção à vulnerabilidade, fatores que contribuem para a entrada dos jovens no mundo do crime, como a falta de estrutura familiar, a vida nas ruas, ligação com drogas e também a falta de educação e de oportunidades, desigualdade social que gera graves consequências, pois favorece a pobreza, a miséria e, conseqüentemente, a marginalização e a violência.

As políticas sociais básicas que caracterizam a prevenção primária são essenciais para a formação do jovem e, estudos vêm mostrando que os fatores que interferem na dinâmica do comportamento na adolescência podem causar transformações e alterações no adolescente. Ainda, quando negativas, tais interferências podem possibilitar o cometimento de atos infracionais. Por isso, a importância da prevenção primária, estabelecida nas políticas públicas básicas que proporcionem saúde de qualidade, escola integral, alimentação, profissionalização, moradia, esporte e lazer, programa de apoio à família e programa de geração de renda para que a criança e o adolescente usufruam das condições necessárias para seu pleno desenvolvimento.

A realidade da nossa sociedade tem revelado que são grandes os desafios para a concretização dos direitos e garantias sociais atribuídos à criança e ao adolescente e, dessa forma, é possível verificar que são levadas à justiça demandas básicas referentes a garantia de tratamento de saúde, medicamentos ou mesmo alimentos especiais, para fazer valer o atendimento prioritário e integral destinado a essa parcela da população. Quando se refere ao adolescente em conflito com a lei que também é usuário ou dependente químico, o problema tem se revelado complexo e de difícil solução, verificando-se resistência a todo tipo de atendimento e tratamento.

O segundo sistema de proteção tem o objetivo de fazer cumprir os direitos da criança e do adolescente, sendo constituído pelas medidas de proteção aplicadas nas hipóteses em que há violação ou a simples ameaça de violação aos seus direitos, aplicadas tanto para as crianças quanto para os adolescentes. As medidas de proteção podem ser aplicadas cumulativamente ou isoladas, como também substituídas a qualquer tempo, considerando a condição peculiar da pessoa em desenvolvimento, colocando a criança e o adolescente em posição de merecedores da atenção especial do Estado, da sociedade e também dos pais ou responsáveis.

As medidas de proteção são aquelas que devem ser utilizadas nos casos previstos no artigo 98, do ECA, que traz:

Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;

II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;

III - em razão de sua conduta.

As medidas de proteção contemplam todo o esboço da proteção integral ao definir as condições que se fazem necessárias à intervenção estatal para garantir que a criança ou o adolescente que se encontra com sua saúde, sua vida ameaçada, em situação de pobreza, desnutrição e insalubridade ambiental sem assistência médica de qualidade, fora do processo escolar ou mesmo submetido a um processo educacional que suas consequências é o fracasso escolar.

Submetidos à estigmatização e exclusão, inseridos em situação de trabalho que explora e afasta da escola e do lazer, do convívio familiar e comunitário, cujas famílias não assumem a responsabilidade e o dever de assisti-las e educá-las, praticam maus-tratos, opressão ou abuso sexual, ou simplesmente as abandonam como também aquelas crianças de até 12 anos que cometem atos infracionais que surge como figura de ameaças ou violação em função de sua conduta.

Para Liberati (2002), a absoluta prioridade estabelecida pelo ECA no Art. 4º entende-se que, na área administrativa, enquanto não estiverem creches, escolas, posto de saúde, atendimento preventivo e emergencial às

gestantes, dignas de moradias e trabalho, não se deveriam asfaltar ruas, construir praças, sambódromos, monumentos artísticos, etc., porque a vida, a saúde, o lar, a prevenção de doenças são mais importantes que as obras de concreto que ficam para demonstrar o poder dos governantes.

Ao se constatar qualquer hipótese de ameaça ou a violação de direitos, a norma autoriza o direito de petição ao Conselho Tutelar com requisição ao Ministério Público, que acionará a autoridade judiciária em decisão fundamentada a requerer a proteção e as garantias instituídas na lei.

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabeleceu diretrizes e instituiu organismos garantidores dos direitos inerente a criança e ao adolescente como o Conselho Tutelar (Art.113, ECA), para zelar em nome da sociedade pelos direitos inerentes a população infanto-juvenil com competência muito ampla e diversificada, com muitos ângulos e muitos aspectos, uma tarefa relativamente nova que ainda não existem modelos na sociedade, para se concretizar é necessário estabelecer relações e comunicação com diversas organizações, e órgãos atuando nas instâncias públicas e privadas.

A atuação do Conselho acontece no contato com os serviços públicos, autoridade judiciária, Ministério Público e com a sociedade civil, com a tarefa de atender, escutar crianças e adolescentes, seus pais, a sociedade, as organizações e encaminhar todos os casos, acompanhando caso a caso, lida permanente com os problemas da criança e do adolescente, podendo também atuar como colaborador do poder executivo indicando as fragilidades e identificando as prioridades de investimentos a serem inserida na Lei Orçamentária Anual do Município.

O Estatuto da Criança e Adolescente, Lei n. 8.069 promulgada em 13 de julho de 1990, estabelece vários mecanismos para a responsabilização do adolescente em conflito com a lei que podem ser utilizados de acordo com a gravidade do ato infracional cometido. Aplicam-se medidas que vão desde as medidas de proteção até as socioeducativas, instituídas no artigo 112, incisos I a VI do ECA, no qual, quando o adolescente pratica ato infracional, conduta descrita como crime ou contravenção penal praticada por criança ou adolescente após a sua apuração, a autoridade competente poderá aplicar as medidas socioeducativas, ficando passível

de segregação e, nestes casos são aplicáveis as medidas de semiliberdade e internação.

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

I - advertência;

II - obrigação de reparar o dano;

III - prestação de serviços à comunidade;

IV - liberdade assistida;

V - inserção em regime de semiliberdade;

VI - internação em estabelecimento educacional.

O ECA, ao tratar do adolescente em conflito com a lei, criou um modelo de atendimento conciliando os aspectos ambíguos da proteção e responsabilização do adolescente, com o intuito de superar a ideia predominante de paternalismo ingênuo e o retribucionismo, essencialmente penal repressivo.

Seguindo o modelo, o adolescente infrator ao ser submetido a uma medida socioeducativa determinada pelo judiciário após instauração do devido processo legal (Art. 110, ECA), não precisa ser privado de seus direitos fundamentais inerentes a pessoa humana. Portanto, nas medidas de restrição ou privação de liberdade, o único direito que deve ser suspenso ou restrito deveria ser o direito de ir e vir colocando o adolescente em conflito com a lei sob a proteção das garantias constitucionais. Contudo, a realidade das medidas socioeducativas de privação de liberdade apresenta no decorrer do tempo dificuldades de implementação e revela em sua rotina práticas assemelhadas ao sistema prisional.

O Estatuto introduziu uma legislação processual especializada no âmbito da Justiça da Infância e Juventude (Art. 152, ECA), que possui características distintas da Justiça para adultos e, ao julgar, leva-se em consideração as causas do ato infracional e a proteção dos direitos da criança e do adolescente a partir da prática de um ato infracional e da exigência de subordinação à medida socioeducativa prevista em lei. Assim, institui um sistema que reconhece a necessidade de responsabilização e promoção socioeducativa do adolescente, envolvendo diversos

aspectos da vida social com o intuito de capacitá-lo para o enfrentamento dos desafios do seu cotidiano.

A integralidade, motivações e finalidades de cada uma das medidas de proteção e medidas socioeducativas interagem em aspectos comuns, sobressaindo a responsabilização para a aplicação das medidas socioeducativas de privação e restrição de liberdade. O ECA vem como um limitador das arbitrariedades do Estado, bem como um instrumento garantidor das liberdades individuais, definida como proteção integral para garantir a integridade do desenvolvimento psicossocial e materializar os princípios ao respeito à condição peculiar de desenvolvimento, priorizando as constantes transformações do adolescente em todos os seus aspectos: físico, mental, moral, espiritual e social.

Para Liberati (2006), o Direito, que é caracterizado pela coercibilidade, passa a garantir às crianças e adolescentes "todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, assegurando-lhes todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade", conforme dispõe o art. 3º do ECA.

Como um instrumento de intervenção estatal específico e apropriado, as medidas socioeducativas vêm com a ideia de retribuição e responsabilização do adolescente em razão do mal causado com caráter sancionatório. Quanto às consequências lesivas do ato infracional, elas também têm a finalidade de suprir os déficits sociopedagógicos apresentados pelo adolescente, buscando a participação do jovem e sua família no processo socioeducativo.

3.2. As Medidas Socioeducativas

O alcance das finalidades de cunho retributivo e pedagógico estabelecido pelo ECA em relação ao destinatário da medida, na condição de imputável e sujeito em condição peculiar de desenvolvimento, deve ter todos os fatores devidamente avaliados, para que se aplique a medida ou medidas que melhor atendam ao requisito da capacidade de cumprimento. Considera-se também a condição psicossocial, a idade, as aptidões, os talentos, a condição de saúde, a condição de usuário ou dependente químico, o possível envolvimento com a prática de crimes, a formação e a necessidade de inserção ou reinserção educacional.

As medidas legais aplicáveis ao adolescente, a quem se atribui a prática de ato infracional, ainda que tenham certo caráter afliitivo-retributivo, devem estar sempre voltadas para um alcance sociopedagógico, apresentado pelo déficit verificado no sujeito de direitos a quem se é dirigida. Sua execução difere em vários aspectos da execução de penas aplicadas ao adulto, sua escolha deve ser proporcional à gravidade do ato infracional praticado. Ainda, o juízo da execução também poderá avaliar sobre a sua conveniência em casos específicos.

Segundo Ferrandin (2009), “[...] deverá o juiz, quando da aplicação da medida socioeducativa, observar nuances específicas, norteadas na situação peculiar dos adolescentes e que não se fazem presentes nos parâmetros de expiação de pena aos adultos [...]”.

A Lei nº 12.594/2012, instituiu o SINASE, com a regulamentação e o disciplinamento da execução das medidas socioeducativas, como um instrumento legislativo em âmbito nacional juntamente com as resoluções nº 165/2012 e 191/2014 do CNJ, atribuindo contornos específicos e legalmente definidos para o cumprimento das medidas socioeducativas aplicadas ao adolescente autor de ato infracional.

A Lei acrescenta a integração social do adolescente também como objetivo das medidas e a garantia dos seus direitos individuais e sociais, mediante o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Individual de Atendimento (PIA), que o leva ao ideal de superação das adversidades passadas e progressivo desenvolvimento do adolescente, ao longo do cumprimento da medida e após o seu término.

Art. 1º Esta Lei institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e regulamenta a execução das medidas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.

§ 2º Entendem-se por medidas socioeducativas as previstas no art. 112 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), as quais têm por objetivos:

I - a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;

II - a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento.

Segundo o art. 227, § 3º, inciso V, da Constituição Federal, os arts. 100, parágrafo único, incs. VI e VIII, e 121, caput, do ECA, além do art. 35, incs. II e V da Lei nº 12.594/2012, estabelece que as medidas de restrição e privação de liberdade deveram ser norteadas pelos princípios da brevidade, excepcionalidade, da intervenção precoce, da proporcionalidade e atualidade. Alinhado a esse pensamento, antes mesmo do advento da Lei do SINASE, Frassetto (2006 p.11), já sustentava a ideia de que a medida tinha por finalidade a inibição à reincidência ao invés de responsabilizar o infrator por cada uma das suas penalidades cometidas.

O Sistema instituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Lei do SINASE para atender o adolescente em conflito com a lei, sugere que toda intervenção deve ser imediata e de acordo com as necessidades pedagógicas específicas para cada indivíduo. Com o objetivo de prevenir práticas infracionais ou suprir os déficits pedagógicos apresentados por criança e adolescente submetidos as medidas protetivas e/ou socioeducativas, cabe ao Estado, através de seus diversos órgãos e agentes, instituir medidas e programas apropriados e eficazes.

Após cinco anos de vigência da Lei do SINASE e da Resolução nº 165/2012-CNJ - Conselho Nacional de Justiça, os avanços trazidos pela norma muito pouco foi efetivado. A realidade das medidas está longe das disposições que versam sobre a execução de medidas socioeducativas com um grande obstáculo a ser vencido, que é a mudança da concepção na prática das medidas socioeducativas de regime fechado, que adotam comumente institutos e modelos de execução penal nas práticas socioeducativas.

No entanto, muito ainda precisa ser feito para que sejam postas em prática as novas disposições evidenciando a necessidade de integração operacional, articulação e cooperação dos diversos setores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente para desconstruir a institucionalização da violência dentro do próprio sistema socioeducativo, fato que favorece a flexibilização e negação dos direitos à cidadania, negação da dignidade humana e dificulta as articulações das estratégias estabelecidas para o programa de atendimento.

A advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida são as quatro medidas socioeducativas que não implicam a privação de liberdade do infrator. Com base nos princípios de brevidade e excepcionalidade, as medidas de semiliberdade e internação são executadas em estabelecimento educacional, onde o adolescente é submetido à privação ou restrição de sua liberdade.

Somente nos casos de grave ameaça ou violência contra a pessoa, de reiteração de outras infrações graves e por descumprimento reiterado de medida anteriormente imposta, a autoridade judiciária poderá aplicar a medida de internação, que tem prazo máximo de 03 anos, com previsão de extinção compulsória ao completar 21 anos, devendo a sua manutenção ser reavaliada a cada de seis meses (prazo máximo) e fundamentada no relatório psicossocial elaborado pela equipe técnica da unidade socioeducativa.

As medidas de restrição e privação de liberdade tem origem em uma infração, mas a natureza é socioeducativa, como meio de intervenção estatal para a mudança da conduta tipificada como infracional. Seu cumprimento deve ser moldado para atender a sua finalidade, que é responsabilizar o adolescente pelo ato infracional e promover o seu desenvolvimento psicossocial, por meio de ações e programas pedagógicos focados nas condições pessoais, sociais e comunitárias do adolescente, com a necessidade de respostas pedagógicas e iniciativas de ressocialização, visando incrementar a capacidade pessoal do adolescente em compreender a responsabilidade de seu ato, e não somente enfatizar a culpabilidade.

A marcha de sucessão de mudanças emocionais, cognitivas e psicológicas do adolescente em conflito com a lei deve ser visto sob o ângulo e a dinâmica de qualquer outro adolescente. A garantia de seus direitos deve ser assegurada com a prontidão necessária, baseada no seu desenvolvimento pessoal compreendida como a oferta das condições imprescindíveis ao seu desenvolvimento saudável e garantia da sua integridade, mesmo no cumprimento da medida socioeducativa de privação da liberdade, revelando o princípio da proteção integral necessário no atendimento socioeducativo.

O artigo 108 do ECA, estabelece o prazo de 45 dias para o adolescente autor de ato infracional ficar internado esperando pela aplicação da medida, ou seja, a sentença. Nos casos em que o município não tem local adequado, este poderá ficar até 05 dias em seção separada de adultos e com instalação apropriada na repartição policial (Art. 185, ECA), esse período é chamado de “internação provisória”.

Art. 185. A internação, decretada ou mantida pela autoridade judiciária, não poderá ser cumprida em estabelecimento prisional.

§ 1º Inexistindo na comarca entidade com as características definidas no art. 123, o adolescente deverá ser imediatamente transferido para a localidade mais próxima.

§ 2º Sendo impossível a pronta transferência, o adolescente aguardará sua remoção em repartição policial, desde que em seção isolada dos adultos e com instalações apropriadas, não podendo ultrapassar o prazo máximo de cinco dias, sob pena de responsabilidade.

3.3. A Medida de Semiliberdade

A medida de semiliberdade prevista no ECA, em seu Art. 120, é uma determinação judicial que pode ser aplicada pela constatação do ato infracional ou como forma de transição para o meio aberto, trazendo em seu escopo a restrição de liberdade onde os adolescentes ficam cautelados em unidades socioeducativas sob a responsabilidade do Estado e da família. É executada em unidades “casas” por equipes multidisciplinares e agentes socioeducativos, sob coordenação de um corpo diretivo podendo participar de atividades internas e externas independentemente de autorização judicial e passar os finais de semanas com seus familiares.

No art. 120 do ECA, a semiliberdade é descrita da seguinte forma: “O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial” (BRASIL, 1990).

No Código de Menores, em seu artigo 39, a semiliberdade já estava prevista como modalidade de atendimento, no entanto, com diferenças em relação à Doutrina da Proteção Integral, era determinada judicialmente como transição para o meio aberto, transferindo-se para a comunidade as ações de escolarização e

profissionalização, sem incluir-se no princípio legal a obrigatoriedade da escolarização e assim, não responsabilizando o Estado pela oferta de política pública específica e, como o ECA aumenta as possibilidades de aplicação da semiliberdade, passa a ser determinada como primeira medida, autoriza a realização de atividades externas sem a autorização judicial e incluem a escolarização e profissionalização com obrigatoria.

Costa (2004) refere-se à semiliberdade como uma forma mitigada de institucionalização, isto porque, em parte do tempo, os adolescentes encontram-se restritos na casa de semiliberdade, privados do direito de ir e vir. No entanto, a oferta onde ações socioeducativas externas a casa é a oportunidade que têm de circular pela comunidade, acessando seus equipamentos públicos.

O CONANDA, através da resolução 47 de 1996, regulamenta a execução da medida de semiliberdade, considerando as diretrizes do ECA, visando o resgate da cidadania e assegurando a reinserção social e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários dos adolescentes em conflito com a lei, bem como priorizar as medidas em meio aberto e quebrar a cultura da internação. A resolução 47 traz as seguintes orientações:

Art. 1º O regime de semiliberdade, como medida sócio-educativa autônoma (art. 120 *caput*, início), deve ser executado de forma a ocupar o adolescente em atividades educativas, de profissionalização e de lazer, durante o período diurno, sob rigoroso acompanhamento e controle de equipe multidisciplinar especializada, e encaminhado ao convívio familiar no período noturno, sempre que possível.

Art. 2º A convivência familiar e comunitário do adolescente sob o regime de semiliberdade deverá ser, igualmente, supervisionada pela mesma equipe multidisciplinar.

Parágrafo único. A equipe multidisciplinar especializada incumbida do atendimento ao adolescente, na execução da medida de que trata este artigo, deverá encaminhar, semestralmente, relatório circunstanciado e propositivo ao Juiz da infância e da Juventude competente.

Art. 3º O regime de semiliberdade, como forma de transição para o regime aberto (art. 120, *caput*, *in fine*), não comporta, necessariamente, o estágio familiar noturno.

Art. 4º A convivência familiar e comunitária do adolescente sob o regime de semiliberdade, em transição para o regime aberto, deverá ser integrada às atividades externas do adolescente.

A dinâmica da medida de semiliberdade é composta por atividades interna e externa em um movimento que se complementam com a finalidade de utilizar o máximo possível os recursos da comunidade, ou seja, consiste nas idas à escola e aos cursos profissionalizantes, além da participação em oficinas e atividades de esporte, cultura e lazer. Os finais de semana, perante a assinatura de um Termo de Responsabilidade por parte de seus responsáveis é permitido aos educandos passar com a família, entretanto, muitas vezes é nesses momentos que acontecem as evasões dos adolescentes, simplesmente não voltam. Estas evasões caracterizam a resposta judicial de descumprimento da medida socioeducativa.

O programa de atendimento deverá ser realizado, preferencialmente, em casas residenciais localizadas em bairros comunitários, considerando na organização do espaço físico os aspectos logísticos necessários para a execução do atendimento dessa modalidade socioeducativa sem, contudo, descaracterizá-la de uma moradia residencial (SINASE, 2006).

A resolução nº 119 do CONANDA estabelece uma arquitetura socioeducativa para a semiliberdade estruturada como um espaço que permita a visão não de castigos, mas de um processo indicativo de liberdade (SINASE, 2006). Entretanto a partir de aparatos físicos que limitam a circulação, há uma caracterização de uma unidade de segurança, ou seja, significa que a acolhida está submetida a uma determinação judicial e as saídas à uma autorização, como também o desligamento da medida se dá através da determinação judicial.

A semiliberdade, é executada em unidades específicas do Estado com grupos de adolescentes que recebem a mesma medida socioeducativa. Segundo Bento (2015), é nesta experiência de vida em um mesmo espaço físico que podem surgir os fenômenos de grupo como: estabelecimento de lideranças, tendência à padronização de estilo de vestimentas e linguagens, formações de consensos e regras próprias, interações que podem tanto aparecer, quanto interferir no cotidiano da casa de semiliberdade e no cumprimento da medida.

Efetivar a proteção integral que estabelece a oferta de ações e serviços de natureza social e protetiva, através de articulações entre as políticas de educação,

saúde, trabalho, cultura, esporte, segurança pública e justiça, não se concretiza nas práticas socioeducativas especialmente na medida de semiliberdade, onde existe um espaço significativo destinado as atividades externa com utilização de programas e equipamentos públicos através das políticas de proteção básicas.

Como prevê o ECA, a medida de semiliberdade possibilita a participação do adolescente na vida comunitária e em programas que estimule o respeito das diferenças individuais, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários. Assim, tendo obrigatoriedade da escolarização e a profissionalização, o adolescente poderá realizar cursos, atividades culturais, esportivas e de lazer, durante o dia, utilizando os recursos da comunidade e pernoitar na unidade socioeducativa, respeitando uma agenda personalizada, organizada previamente para assegurar a possibilidade de se inserir em um universo simbólico mais vasto, em que a liberdade assume seu caráter de dignidade e cidadania. Segundo Liberati (2006).

Como o próprio nome indica, a semiliberdade é um dos tratamentos tutelares que é realizado, em grande parte, em meio aberto, implicando, necessariamente, a possibilidade de realização de atividades externas, como a frequência à escola, às relações de emprego etc. Se não houver esse tipo de atividade, a medida socioeducativa perde sua finalidade (Liberati 2006, p.89).

A análise dos registros estatístico mensal da semiliberdade (anexo II) em relação à condução das intervenções socioeducativa da instituição e, considerando a Incompletude Institucional no caso específico na unidade de João Pessoa, podemos observar que o acesso à educação, profissionalização, saúde, habitação, assistência social e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários são aspectos que revelam uma enorme fragilidade, no acesso aos serviços públicos, nas relações sócio familiares, nas garantias e aos direitos fundamentais não são efetivamente contemplados nas ações e os objetivos vazios não alcançados.

Segundo De Paula (2006), a redução dos atos infracionais e conseqüentemente o estabelecimento de uma situação de maior, ou melhor, cidadania depende de um conjunto de políticas que reduzam a potencialidade da causa e ataquem com maior eficácia seus efeitos

As diferentes variáveis que interferem no processo de efetivação das políticas públicas produzem uma expressiva distância entre o promulgado e o realizável,

assim, podemos observar uma realidade nos discursos oficiais dissociada da prática na aplicação das medidas socioeducativas que em sua maioria configura a experiência de pura penalização vazia de conteúdo ou eficácia socioeducativa.

3.4. A incompletude Institucional no Processo Socioeducativo de Semiliberdade

O processo socioeducativo da medida de semiliberdade tem como base o princípio da intersetorialidade e da Incompletude Institucional. Utilizando preferencialmente os recursos da comunidade, a equipe socioeducativa deve planejar ações articulada no Sistema de Garantia dos Direitos para fortalecer e complementar as ações estabelecidas no processo socioeducativo e no Plano Individual de Atendimento do adolescente (PIA), através dos diversos órgãos e setores que compõem as redes socioassistenciais, priorizando a articulação que proporcione o acesso dos adolescentes aos demais serviços, projetos e programas que integram o SUAS, SUS, SE e às demais políticas públicas, como forma de superação da realidade vivenciada no contexto social, buscando a cidadania e garantia dos direitos.

Almeida e Santos (2015), faz seguinte reflexão no âmbito da política social:

A intersetorialidade é aqui entendida como esforço coletivo no campo das políticas sociais públicas com vistas a seu planejamento programático focado na superação das dicotomias e das intervenções isoladas. Assim, tendo por referência as reflexões de Insoja [...], defendemos uma perspectiva de trabalho intersetorial que vá além das justaposições ou composição de projetos que na realidade continuam sendo planejados e formulados de maneiras segmentadas e fatiadas. Como aponta a referida autora, “a vida está tecida em conjunto”, o que significa, na prática, que as necessidades sociais e as expectativas das pessoas devem ser compreendidas e respondidas em sua totalidade, de forma integrada e articulada.

A realidade das práticas socioeducativas na medida de semiliberdade, quando se trata das atribuições das diferentes áreas de intervenções dos diversos setores sociais envolvidos no processo, provoca grandes conflitos e disputas políticas em torno das estruturas de poder que envolvem disputas corporativas e orçamentárias que transpõem o aparelho do Estado e disputa dos vários saberes dos diferentes campos de intervenções das políticas públicas e sociais com uma

intensa especialização disciplinar e práticas sociais fragmentadas revelando ressaltando a importância de buscar no paradigma da interdisciplinaridade a análise global dos problemas através de estratégia de gestão intersetorial para concretizar práticas sociais mais eficazes e a complementariedade da Incompletude Institucional para alcançar efeitos sinérgicos nas situações complexas

4. CAPÍTULO III – A Contextualização da Aplicação da Medida de Semiliberdade na Unidade Socioeducativa de João Pessoa – PB

A responsabilidade de gestão das medidas socioeducativas de restrição e privação de liberdade na Paraíba cabe à Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice de Almeida (FUNDAC), órgão da administração indireta do Governo do Estado vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano, a qual, operacionaliza com autonomia financeira e administrativa distribuída em três regionais. A Regional I - João Pessoa/PB, conta com 03 unidades de internação, 01 unidade internação provisória e 01 unidade de semiliberdade, a Regional II- Lagoa Seca/PB, com 01 unidade de internação e 01 unidade de internação provisória e a Regional III - Souza/PB com 01 unidade de internação.

A FUNDAC coordena o atendimento socioeducativo do adolescente em conflito com a lei, como corresponsável pelo assessoramento ao atendimento realizado aos adolescentes submetidos às medidas socioeducativas em meio aberto dos municípios do Estado e executa as medidas de privação e restrição de liberdade. É a responsável pelo o atendimento aos adolescentes e jovens em medidas socioeducativas de internação e semiliberdade.

4.1. As medidas Socioeducativas na Paraíba

Segundo o diagnóstico situacional do sistema socioeducativo da Paraíba, que consta no Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo da Paraíba (2015-2024), já se constatava um aumento significativo do número de adolescentes em conflito com a lei submetidos à medida de restrição e privação de liberdade, tendo quase o dobro de adolescentes em relação ao número de vagas, que era de 305 em todo o Estado. A situação atual permanece muito semelhante, onde houve um aumento no número de vagas que passou de 305 para 317, para um total de adolescente de 590, situação que vem indicando descumprimento ao que estava posto nas resoluções 46/1996 e 119/2006 do CONANDA e violação dos direitos dos adolescentes, pois a superlotação facilita o surgimento de conflitos, sobrecarrega as atividades da equipe técnica, tornando inviável o atendimento a todos, a estrutura física fica comprometida, interferindo no projeto político pedagógico e no processo específico da medida.

No SINASE, considera-se que Unidade é o espaço arquitetônico que unifica, concentra, integra o atendimento ao adolescente com autonomia técnica e administrativa, com quadro próprio de pessoal, para o desenvolvimento de um programa de atendimento e um projeto pedagógico específico. Neste sentido, cada Unidade terá até quarenta adolescentes, conforme a resolução nº 46/96 do Conanda, “Art. 1º - Nas unidades de internação será atendido um número de adolescentes não superior a quarenta”. Sendo constituída de espaços residenciais denominados de módulos (estruturas físicas que compõem uma Unidade), com capacidade não superior a quinze adolescentes. No caso de existir mais de uma Unidade em um mesmo terreno, o atendimento total não poderá ultrapassar a noventa adolescentes (CONANDA, Resoluções: 46/119/2006).

No diagnóstico Situacional da Paraíba, os diretores e técnicos relataram que nas unidades, os procedimentos e atendimentos acontecem de maneira informal e, de acordo com as orientações da equipe e direção, não existe um fluxo de atendimentos pré-definidos. Foi constatado também a existência de facções que interferem na estrutura de acomodação e na dinâmica das atividades, com a separação de grupos rivais para conter possíveis embates. Essa informação foi interpretada como um indicativo da incapacidade do sistema, ausência de trabalho educativo fundamentado no projeto político pedagógico, com os preceitos do SINASE, e uma preocupação em relação a postura separatista da territorialização das facções que acabam sendo legitimadas pelo Estado.

Percebe-se ainda que, no município de João Pessoa, além do aumento dos tipos de atos infracionais cometidos foi observado também o agravamento desses atos. Esses dados, assim como os referentes a escolarização e aos atos infracionais, muito se assemelham aos dados nacionais. Segundo a Nota Técnica Nº 20, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA /2015:

De acordo com o levantamento realizado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2013), dos adolescentes em conflito com a lei que cumpriam medida socioeducativa de privação de liberdade, 95% eram do sexo masculino e cerca de 60% tinham idade entre 16 e 18 anos. Sobre as características sociais dos adolescentes infratores não existem dados recentes, mas na tentativa de dimensionar essa questão, citam-se aqui os resultados de uma pesquisa realizada pelo IPEA e Ministério da Justiça (2003), que mostram um perfil de exclusão social entre

esses adolescentes: mais de 60% dos adolescentes privados de liberdade eram negros, 51% não frequentavam a escola e 49% não trabalhavam quando cometeram o delito e 66% viviam em famílias consideradas extremamente pobres (SILVA & GUERESI, 2003).

Salienta-se que na coleta dos dados para construção do Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo da Paraíba, foi percebido a fragilidade no registro dos dados, informações contraditórias, informações com tabelas incompletas e dados desconhecidos, dificultando a coleta de informações precisas acerca dos dados e registro dos atendimentos.

Após as orientações da Consultoria Nacional, deu-se início ao processo de levantamento dos dados: foram enviados ofícios para os órgãos do governo e do sistema de justiça solicitando o preenchimento das tabelas. Desde esse momento, percebeu-se que as instituições apresentavam fragilidades no registro dos dados e informações, pois muitas atrasaram o envio e muitas tabelas vieram incompletas e com dados que não correspondem uns aos outros (Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo da Paraíba, 2015-2024).

4.2. A medida de Semiliberdade na Unidade de João Pessoa

A semiliberdade em João Pessoa, segundo relato dos servidores, iniciou suas atividades em uma ala do Centro Educacional do Adolescente – CEA, após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Em 1996, foi transferida para uma casa em Jaguaribe, período em que foi construído um prédio destinado ao funcionamento da medida situada na área interna do pátio do CEA, com capacidade para 12 adolescentes. Foi inaugurada em fevereiro de 1997, funcionando neste local até dezembro de 2003. Após rebeliões, foi para o Núcleo de Cruz das Armas por 90 dias quando aconteceu uma tentativa de invasão por conta de um educando, por esse motivo transferida para o atual endereço local onde funcionava um programa chamado “Jovem Apreender”, que oferecia cursos profissionalizantes para os educandos da semiliberdade, adolescentes e jovens da comunidade.

A semiliberdade, unidade da FUNDAC, responsável pelo atendimento de adolescentes e jovens do sexo masculino, da faixa etária de 12 anos até jovens com menos de 21 anos, autor de ato infracional encaminhados pelo Juizado da Infância e Juventude, aplicada como progressão ou como primeira medida de acordo com o

ECA e com os parâmetros do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, encontra situada à rua Cecília Miranda nº 184, Jaguaribe – João Pessoa-PB e, até o momento é a única unidade de semiliberdade no Estado da Paraíba.

4.2.1. A estrutura Física

A estrutura arquitetônica difere das preconizadas no SINASE, a mesma foi instalada em um espaço utilizado originalmente para dispensa de alimento da extinta Legião Brasileira de Assistência (LBA). Desde a ocupação para execução da medida de semiliberdade foi realizada várias adaptações, mas ainda permanece com a aparência original, muito diferente de uma residência.

O programa de atendimento deverá ser realizado, preferencialmente, em casas residenciais localizadas em bairros comunitários, considerando na organização do espaço físico os aspectos logísticos necessários para a execução do atendimento dessa modalidade socioeducativa sem, contudo, descaracterizá-la de uma moradia residencial (SINASE,2006).

A sua estrutura física atual e capacidade de atendimento é para 27 educandos, sem características de residência é constituída dos seguintes cômodos: 01 guarita para recepção e revista; 01 secretaria; 01 sala para atendimento técnicos; sala de direção; 01 sanitário para as funcionárias, cozinha; 01 espaço coberto com mesas e bancos utilizada como refeitório e para atividades diversas (palestra, atividade religiosa, roda de conversas, oficinas ocupacionais, etc.); 01 ala principal com 05 quartos, cada quarto com capacidade para 05 educandos, contendo no seu interior sanitários e banheiros coletivos e fechada por uma grande grade com cadeados; 01 quarto com capacidade para 08 educandos com 01 sanitário e banheiro interno utilizado para separar os jovens maiores de 18 anos dos adolescentes menores de 18 anos. Este espaço é separado da área aberta da unidade destinada para atividade esportiva por uma grade vasada com altura de 1.80 cm, com visão de toda área livre.

Na unidade de cumprimento da semiliberdade, como as demais unidades da FUNDAC, sob a influência da existência de facções no período 2015/1016, foi construído na parte de trás da ala principal, separado da parte interna da unidade, mais 01 quarto com capacidade para 04 educandos, modificando a estrutura de acomodação e rotina das atividades, instituindo estratégias diferentes para evitar o

contato dos grupos rivais, em desacordo com as orientações pedagógicas expressas no Projeto Político Pedagógico da Semiliberdade (2015). Essa construção foi adaptação do almoxarifado, também não tem característica de residência, onde as camas são de alvenaria, não possui compartimento para acomodar os pertences do educando, o sanitário e o banheiro não tem privacidade, como é destinado a separação dos grupos, comumente acomoda mais do que a sua capacidade.

4.2.2. Composição da Equipe Socioeducativa

A equipe socioeducativa da semiliberdade é composta de servidores do quadro efetivo da Fundação (03 técnicos, 01 assistente técnico e 01 administrativo, 06 agentes protetivos, 01 agente operacional, 01 motorista, 01 agente de serviços auxiliares, 02 comissionados, diretor e vice-diretor, 16 trabalhadores terceirizados, 1 agentes sociais distribuídos por plantões diurno e noturno, 01 Assistente Social, 01 Psicóloga e 01 Pedagoga). Ainda, uma vez por semana, conta com a presença da defensora pública para atender a demanda jurídica da unidade e dos educandos.

O SINASE estabelece que para atender **até vinte adolescentes** na medida socioeducativa de semiliberdade a equipe mínima deve ser composta por: 01 coordenador técnico, 01 assistente social, 01 psicólogo, 01 pedagogo, 01 advogado (defesa técnica), 02 socioeducadores em cada jornada, 01 coordenador administrativo e demais cargos nesta área, conforme a demanda do atendimento. Deve-se considerar nos casos de haver mais de uma residência de atendimento em pequenos grupos de até quinze adolescentes, poderá ser instituída uma coordenação administrativa, uma coordenação técnica e um advogado para duas ou três casas simultaneamente (SINASE,2006).

Ao se referir a composição da equipe, o SINASE fala em equipe mínima para o atendimento. Assim, levando em consideração a capacidade da unidade de semiliberdade ser para 27 educandos, a equipe não é suficiente para dar o atendimento mínimo de acordo com os seus parâmetros, além da falta do advogado para defesa técnica, a realidade aponta para a necessidade da equipe ideal, levando em consideração as diretrizes da medida que requer um monitoramento institucional mais rigoroso, limitando o direito de ir e vir dos adolescentes na execução das atividades externas propostas no seu Plano Individual de Atendimento, e os aspectos empáticos subjetivos que interfere nos atendimentos individuais.

4.2.3. A metodologia Institucional

A dinâmica da metodologia institucional no processo da medida de semiliberdade privilegia as atividades externas, o vínculo familiar e comunitário. O educando passa a semana na unidade, para ser inserido e acompanhados nos programas e serviços da comunidade de acordo com as metas estabelecidas no seu Plano Individual de Atendimento, os finais de semana sob a responsabilidade da família/responsável. As mudanças do corpo diretivo da unidade trazem modificações na metodologia e rotina, para os maiores de 18 anos a partir de março de 2015, foram liberados a passar além do final de semana, o período diurno sob a responsabilidade da família, diminuindo assim a supervisão e acompanhamento técnico.

O cumprimento da medida de semiliberdade privilegia as atividades externas, o vínculo com a família, a comunidade numa perspectiva de intersetorialidade com as políticas e programas de Saúde, Educação, Assistência Social, Segurança entre outras. (FUNDAC, PPP semiliberdade 2015).

Os adolescentes e jovens encaminhados para cumprimento da medida de semiliberdade em quase sua totalidade são oriundo de famílias em situação de pobreza, e vulnerabilidade social, com experiências de violência doméstica, trabalho infantil, baixa escolaridade, evasão escolar, aliciamento pelo tráfico, perda de referências afetivas, uso abusivo de algum tipo de droga. Estes, sofreram violações de direitos sem as garantias dos direitos fundamentais e constitucionais inerentes a pessoa humana que favoreçam o pleno desenvolvimento, passando de vítima a violadores de direitos com a prática de atos infracionais.

Tabela 1. Adolescentes encaminhados para cumprimento de semiliberdade em 2016.

MÊS	Nº DE ENTRADA	RETORNO DE EVASÃO	1ª ENTRADA
Janeiro	06	02-Dezembro/2015	04
Fevereiro	11	04-Dezembro/2015	13
Março	07	01-Dezembro/2015	06
Abril	16	05-Dezembro/2015	11
Maio	08	04-Dezembro/2015	04
Junho	11	02-Dezembro/2015	09
Julho	19	02-Maio/Junho/2016	17
Agosto	09	02-Dezembro/2015/Junho/2016	07
Setembro	07	-	07
Outubro	05	01-Fevereiro/2016	04
Novembro	12	01-Dezembro/2015	11

Dezembro	07	-	07
TOTAL	120	24	96

Fonte: Registro Técnico Setor Social-Semiliberdade (2016)

O juizado da infância e juventude de João Pessoa, após audiência de julgamento (1º encaminhamento) ou justificação (casos de evasão), encaminhou para cumprimento da medida de semiliberdade no Ano de 2016, 120 educandos, destes 24 reencaminhados após evasão e 96 educandos submetidos à medida pela 1ª vez (Registro Técnico, Assistente Social 2016- anexo I).

A semiliberdade de João Pessoa, como única unidade a nível estadual, recebe educandos de todas as regiões do Estado, de vários municípios, especialmente os circunvizinhos, que compõem a grande João Pessoa, como Santa Rita, Bayeux, Cabedelo, Conde, entre outros. Localizada em Jaguaribe, utiliza os equipamentos e recursos da rede de atendimento socioassistenciais do bairro para inserir os seus educandos na escola, no atendimento à saúde, cidadania, cursos profissionalizantes, cultura e lazer.

4.3. A Semiliberdade e o Sistema de Garantia de Direitos

A semiliberdade utiliza a rede de atenção básica à saúde instituída pelo Sistema Único de Saúde (SUS), composta pela Unidade de Saúde da Família (PSF - Matinha I e II em Jaguaribe); Unidade de Pronto Atendimento (UPA de Manaíra ou Cruz das Armas); Centros de Atenção Integral à Saúde (CAIS Jaguaribe); Hospitais São Vicente de Paula e Edson Ramalho; Centro de Atenção Psicossocial (CAPS-AD, no bairro da Torre e CAPS-i, no bairro de Tambiá); Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA - Jaguaribe).

Existe uma articulação estabelecida pela equipe técnica e as equipes de saúde da rede, estabelecida de forma verbal e informal para o atendimento ambulatorial, clínico e hospitalar dos educandos, mas é uma ação unilateral e só acontece quando solicitado ou encaminhado pela equipe socioeducativa, não existindo ação destinada à saúde preventiva destes educandos, como também não existe um fluxo pré-estabelecido para as demandas da unidade socioeducativa.

A ausência de profissionais capacitados para o atendimento ao adolescente, a ausência de uma demanda organizada “em consonância

com a estratégia de territorialidade” voltada para o desenvolvimento de ações como busca ativa, captação precoce de adolescentes grávidas, estratégias de trabalho em grupos na perspectiva do protagonismo Juvenil (Raposo, 2009).

Quanto a educação, prevista de maneira expressa para que os adolescentes e jovens do Sistema Socioeducativo possam ser inseridos no Sistema de Ensino em qualquer fase do período letivo, abrangendo todas as faixas e níveis de escolaridade e assim permitir a reintegração escolar através da adequação do Sistema Educacional, como também a profissionalização por meio do Sistema “S” (SENAI, SENAC, SENAR, SENART), Art.208 do ECA e Arts.76 a 80 da lei 12.294/2012 – SINASE.

A Lei nº 10.097/00 de Aprendizagem prevê cotas obrigatórias para contratar adolescentes e jovens como aprendizes, estabelecendo a quantidade mínima de 5% e máxima de 15% do número de trabalhadores em cada estabelecimento, em cujas funções demandam formação profissional e a Lei nº 11.180/05 institui franquear o instituto da aprendizagem para os adolescente e jovens de 14 a 24 anos.

As escolas do SENAI, SENAC, e programas SENAR E SENAT poderão ofertar vagas aos usuários do SINASE e, através de instrumentos de cooperação com os gestores locais, os estabelecimentos ofertam vagas de aprendizes a adolescentes do Sistema Socioeducativo (decreto-lei 5.452, Art. 429 alterado). Utilizando um contrato de aprendizagem onde existe um compromisso bilateral, o empregador deve oferecer a formação técnico-profissional metódica e compatível com a fase do desenvolvimento global do aprendiz e este a executar as atividades necessárias a sua formação. No entanto, não existe este instrumento de cooperação nem a nível local, nem a nível estadual, essa lacuna dificulta a capacitação para o trabalho e a profissionalização formal.

Os educandos submetidos à medida de semiliberdade de João Pessoa são inseridos na rede de educação do bairro de Jaguaribe e bairros próximos, observando os níveis e modalidade de ensino como também a aproximação da unidade socioeducativa. A rede escolar oferece a modalidade no período diurno de ensino regular obedecendo as faixas etárias, dificultando a inserção dos educandos no ensino fundamental regular, devido os déficits apresentados, a opção é o ensino

noturno na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). As escolas parceiras são: a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Analice Caldas, Escola Estadual de Ensino fundamental e Médio Prof^a. Maria Geny, Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Pedro Augusto Caminha, Escola Normal Maria do Carmo de Miranda.

O eixo da educação que tem seu foco no princípio da educação integral, compreendendo a pessoa em todo o seu aspecto biopsicossocial, também referendada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que estabelece a educação como preparação da cidadania e formação profissional. Constitui o maior desafio de efetivação da medida, pelo enfrentamento dos seguintes aspectos: os educandos apresentam defasagem idade/série e um histórico de abandono do processo escolar muito precoce, seus projetos de vida já não contemplam a escolarização, além das dificuldades da rede escolar de inserir por não existir uma modalidade de ensino específica ou mesmo adaptada para essa demanda, que até mesmo na modalidade EJA, única modalidade que absorve essa demanda quando os educandos estão fora da faixa etária do ensino regular, apresentam resistência em aceitar pela dificuldade de lidar com o comportamento e resistência dos educandos

[...] ao não assegurar direitos, tanto no meio fechado quanto no meio aberto o sistema acaba por centrar-se na face punitiva, cumprindo o papel que sempre teve. Ao deixar de dotar as medidas de sentido, confirma seu vazio valorativo e não produz novos efeitos sobre a subjetividade do adolescente, bem como quanto as suas condições concreta de vida. A inovação do paradigma da garantia e direitos impõe a subversão dessa ótica. Desafia a pensar outras práticas que articulem responsabilização com cidadania (TEJADAS,2005).

A FUNDAC, através da coordenação do eixo profissionalização e do programa de acompanhamento ao egresso do sistema socioeducativo PROEG, contempla, em seus projetos, parcerias com as instituições visando à formação e iniciação profissional, mas não apresentou nenhum instrumento formalizado de cooperação como também nenhum resultado de articulação institucional no ano de 2016 com inserção dos educandos da semiliberdade.

A Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente da Paraíba (FUNDAC), em 2012, com o objetivo de capacitar jovens internos de unidades e

visando a ressocialização (além das demais unidades, a semiliberdade), firmou convênio com o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) e com o Sindicato Estadual dos Fabricantes de Placas de Veículos Automotores da Paraíba (SINDIPLAVE) com a criação do Projeto Sinalizando Vidas. De acordo com o Art.3º da Lei 10.296, foi assinado pelo governo do Estado em 2014 uma parceria com as empresas fabricantes de placa, vinculadas ao DETRAN/PB, para reservar percentual mínimo de 5% dos seus postos de trabalho para serem preenchidos por jovens provenientes da socioeducação como forma de contrapartida social.

O DETRAN recebe o repasse operacional de 17% sobre a tarifa arrecadada pelas novas placas, desse percentual, 30% serão destinados à FUNDAC, para coordenar o processo de capacitação dos adolescentes e monitorar os resultados gerados pelo projeto social. De acordo com o projeto, os recursos destinados à FUNDAC seriam para investir na capacitação dos adolescentes e jovens, na reforma e ampliação da infraestrutura educacional e em programas.

O Projeto que inicialmente tinha o objetivo de capacitar os educandos para se tornarem profissionais na fabricação e lacre das placas refletivas veiculares foi interrompido em setembro de 2012, após a formação da primeira turma, que cumprindo todas as metas, inclusive a contratação de 10 socioeducandos pelo SINDIPLAVE – entre esses 03 educandos da medida de semiliberdade – a capacitação parou, mas o recurso continuou a ser repassado para a Fundação. Em 2014, numa tentativa de retorno do Projeto, foi acrescentado a parceria com a garantia do percentual de 5% das vagas de trabalho para a socioeducação, mas projeto não foi retomado, reduzindo ainda mais as oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

A redução dos cursos oferecidos pelo Programa Nacional de Acesso do Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), no ano de 2016, refletiu na medida de semiliberdade dificultando ainda mais a inserção dos educandos nos cursos profissionalizantes.

4.4. A avaliação e o Monitoramento das Ações do Atendimento

Segundo Relatório de Gestão do Ano de 2016, da unidade de semiliberdade, foram observadas as dificuldades de inserção no processo escolar e cursos

profissionalizantes, como a falta de documentação civil e escolar dos adolescentes e jovens submetidos a medida, a baixa escolaridade e dificuldades de aprendizagens dos educandos que dificulta a sua inserção e permanência na escola, nos cursos.

A baixa escolaridade constitui um elemento negativo que impede o ingresso em curso profissionalizantes especialmente para os jovens maiores de 18 anos, para esse grupo falta oportunidade no mercado de trabalho formal por não ter qualificação e pelo preconceito da sociedade (FUNDAC, Relatório de Gestão da Semiliberdade 2016).

O regime de semiliberdade em tese é uma forma de cerceamento do direito de ir e vir aplicado na hipótese da família apresentar dificuldade de exercer um acompanhamento efetivo, onde se faz necessário um monitoramento institucional de natureza mais forte que, realmente o prive do direito de ir e vir, mesmo que as atividades externas constituam a essência da ação educativa imposta ao educando. Portanto, usar os equipamentos de saúde, participar de cursos profissionalizantes, dos eventos culturais e esportivos, da educação formal e ter acesso ao trabalho, compõe uma rede de serviços, de programas que dão o suporte necessário para colocar o adolescente numa rede de proteção, que visa garantir novas possibilidades e evitar a reincidência.

Para Tejedas (2007), a reincidência, além de apresentar-se como a caixa de ressonância das políticas públicas, cumpre esse mesmo papel quanto ao Sistema de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional. A reincidência nega a efetividade do próprio sistema, que, entre outros propósitos, visa preveni-la.

O artigo 4º do ECA estabelece que toda criança e adolescente passa a ter seus direitos fundamentais garantidos, referentes “a vida, a saúde, a alimentação, a educação ao esporte, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária” (Brasil, 1990a). Na prática, os socioeducandos de certa forma, em suas trajetórias de vida, tiveram acesso às políticas públicas através dos serviços e programas, mas essas ações não foram efetivas como prevenção para oferecer às condições necessárias para garantir seu desenvolvimento, suprir as vulnerabilidades e evitar o cometimento de ato infracional.

Este processo, a ser realizado com a participação dos diversos componentes da rede, contribui, ainda, para: clarificar papéis, responsabilidades e competências; otimizar recursos, potencialidades e oportunidades do território; identificar lacunas na rede; desenvolver estratégias para o acompanhamento integrado às famílias e aos indivíduos; estabelecer acordos e pactuações institucionais e políticas; e redimensionar o trabalho e a atuação da rede, a partir dos resultados obtidos; tendo sempre como norte a intencionalidade e os objetivos comuns.(MDS,2009)

A Comunidade Socioeducativa da semiliberdade de João Pessoa, de acordo com os documentos analisados, como o Projeto Político Pedagógico (PPP) e Regimento Interno (RI), existe uma base teórica que segue preceitos metodológicos de gestão participativa como sugerida no SINASE, mas na prática não existe participação de todos nas deliberações, na organização e decisões sobre o funcionamento dos programas de atendimento. Não existe participação entre os entes, sistemas, programas, serviços pactuando e estabelecendo um fluxo de atendimento que contemple o princípio da Incompletude Institucional como garantia de efetivação de direitos.

A medida de semiliberdade constitui uma situação de liberdade parcial desafiadora à compreensão de adolescente, estimulando o desenvolvimento do senso de responsabilidade pessoal, que implica na autonomia da vontade e vigilância mínima nas atividades externas, apesar do monitoramento rigoroso que exige esforços pedagógicos específicos e organização de uma rotina que contemple a rotina diária da unidade, como cuidados com vestuários e ambiente, escola, atendimento técnicos, visitas, atividades externas, atendimentos na rede de proteção básica, bem como regras claras de convivência cidadã.

No diagnóstico situacional estatístico da unidade de semiliberdade, não existe registro de um processo contínuo de organização e monitoramento das ações que contemplem todos os setores da comunidade socioeducativa. As avaliações das ações dos acompanhamentos não são levadas e debatidas através de assembleias. Os documentos norteadores do processo foram construídos, mas não são seguidos, ficando a condução a critério pessoal de interpretação do corpo diretivo e coordenadores dos eixos, relativizando os critérios constituídos pelo coletivo, bem como pelos indicadores de qualidade do trabalho.

Tabela 2. Análise da estatística mensal e registro do setor social da Unidade de Semiliberdade de João Pessoa em 2016.

Mês		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
EM	EV	18	09	04	04	09	05	05	07	11	06	03	03	84
	LI	22	17	20	15	16	00	07	00	10	00	00	00	107
	ÓB	00	00	00	00	02	00	00	00	00	01	00	00	03
RTSS	EV	19	04	05	04	14	06	07	11	09	06	04	04	93
	LI	00	00	06	00	00	01	07	00	01	00	10	03	28
	ÓB	00	00	00	00	02	00	00	00	00	00	00	00	02

Fonte: Registro Técnico Semiliberdade; e Estatística Mensal (2016). **Legenda:** EM – Estatística Mensal, RTSS – Registro Técnico Setor Social, EV – Evadido, LI – Liberado, ÓB – óbito.

Ao analisar, especificamos os itens referente a evasão, liberação e óbito para demonstrar que a estatística não constitui um instrumento de estudo da realidade concreta da medida, sugerindo incongruências de informações oficiais, assim como os demais dados da estatística, tais como: cor, escolaridade, informações da rede escolar e de saúde, renda familiar, situação dos educandos, encaminhamentos, atividades, oficinas, programas, articulações entres outras, são contraditórios, não são registrados. Ao considerar que esses dados constituem instrumento de avaliação e monitoramentos das ações socioeducativas da medida de semiliberdade, a falta de autenticidade indica uma desorganização da gestão desses dados e conseqüentemente uma má gestão do aparato administrativo gestor.

Não existe uma articulação formal de ações para assegurar a escolarização obrigatória na rede de educação voltada à inclusão dos educandos, considerando a sua condição e o seu perfil. O Sistema de Garantia de Direitos em João Pessoa, ainda não possui instrumentos de articulação que assegurem os direitos dos adolescentes em conflito com a lei submetidos a medida de semiliberdade que sejam contemplados na construção das políticas públicas e que envolva o seu atendimento integral.

A Cultura, Esporte e Lazer são atividades imprescindíveis ao desenvolvimento da autoestima, da socialização, da criatividade e do resgate a sua cidadania, mas na unidade de semiliberdade, atividades culturais são oferecidas de forma eventual, não fazendo parte da rotina e o lazer é subentendido que se realize nos finais de semana com a família. Ainda, as atividades esportivas são praticadas em forma de recreação pelos educadores sociais na unidade, separadas por grupos de pertencimento.

A profissionalização como premissa obrigatória da medida para preparação do adolescente para o mundo do trabalho, considerando habilidades básicas, específicas e de gestão, ligadas à empregabilidade não é concretizada na prática. Pela análise dos dados estatísticos e registro técnico da unidade no ano de 2016, dos educandos atendidos na medida de semiliberdade, poucos conseguiram atividades no mercado de trabalho informal e nenhum no mercado formal.

Não existe na instituição um programa próprio visando a profissionalização. A única atividade profissionalizante oferecida é o da Padaria Escola da FUNDAC, que tem capacidade para 12 alunos por semestre, divididos em 06 por turno, para atender a demanda de todas as unidades de João Pessoa. Esta atividade oferece o curso de auxiliar de panificação e pastelaria e, em 2016 foram encaminhados 03 educandos da semiliberdade, onde apenas 02 concluíram. Apesar do curso ser oferecido como uma atividade educacional profissionalizante, sua certificação não é reconhecida como qualificação profissional.

A medida de semiliberdade deveria viabilizar um investimento educativo pautado na articulação com os equipamentos e serviços sociais, das comunidades de origem do educando, preferencialmente, para facilitar a integração do educando, o atendimento e a rotina e contemplar um quadro o mais próximo de “situação de normalidade” na vida do adolescente. No entanto, a unidade Socioeducativa de semiliberdade possui estrutura física institucional e em nada se assemelha a uma residência. Como é única para todo o Estado, recebe educandos de várias localidades, distantes da comunidade de origem e dos equipamentos comunitários para sua integração, a rede de assistência não possui ações integradas e articuladas para atender o socioeducando e sua família, as vulnerabilidades não são sanadas só em João Pessoa, mas especialmente nos pequenos municípios que em sua maioria os recursos e equipamentos são escassos.

A existência de uma única unidade no Estado aponta para falta de investimento na socioeducação e desvalorização do processo da medida de semiliberdade, descon sideração aos parâmetros do SINASE que estabelece a aproximação de situações de vivências o mais próximo possível da normalidade, articulações dos equipamentos comunitários de preferência da comunidade de origem do

adolescente para o fortalecimento dos vínculos, unidades assemelhadas a residência e forte monitoramento institucional

A estrutura das relações do cotidiano dos educandos entre si e entre educando e educadores no período de 2015/2016, a nova direção e sua equipe de agentes sociais, com experiências anteriores de agentes penitenciários introduziu na rotina da medida, práticas do sistema prisional, modificando as rotinas estabelecidas com base nos instrumentos construídos anteriormente (PPP e RI), distanciando da compreensão de valores que identificam a relação entre direitos e deveres (exercício da cidadania) e sobre o prisma dos princípios da solidariedade social.

As regras e normas de convivência assumem um caráter separatista de territorialidade por facção, onde os educandos maiores de 18 anos possuem a permissão para sair 07h e voltar as 17h, sem um acompanhamento sistemático da equipe, ficando sob a responsabilidade da família. Isso dificultou a organização de uma agenda de atividades, incluindo a escolarização e a preparação para o trabalho, as atividades de rotina diárias passaram a ser denominadas “missão” e a imposição, substituindo o diálogo, como forma a garantir harmonia, longe de limites educativos claros, com responsabilidades explícitas, construídos e legitimados coletivamente.

Tabela 3. Demonstrativo da Medida de Semiliberdade no Ano de 2016 na Unidade de Semiliberdade de João Pessoa em 2016.

Socioeducandos	Quantidade/2016	Percentuais
Remanescentes do ano 2015	29	19%
Encaminhados no ano 2016	120	81%
Total	149	100%
Situação/ 2016		
Evadidos	93	75%
Liberados	28	23%
Falecidos	02	02%

Fonte: Registro Técnico – Assistente Social-Semiliberdade (2016).

Para demonstrar os aspectos gerais da Medida de Semiliberdade de João Pessoa, no ano de 2016, apresentamos os dados do setor social considerando seu registro no que se refere ao quantitativo da situação anual de cumprimento da medida dos socioeducandos encaminhados, distribuído assim: 29 educandos remanescentes de 2015, 120 educandos encaminhados em 2016, totalizando 149 educandos. Deste total, 28 foram liberados judicialmente, 93 evadiram da medida e 02 faleceram durante seu cumprimento.

Analisando os resultados, relacionando com a eficácia da medida, podemos observar que a evasão é muito significativa em relação aos liberados, indicando que os objetivos do processo da medida não estão sendo alcançados. Como o processo de ressocialização proposto deveria se dar através de um conjunto articulado de ações e serviços e programas do meio externo, que deveriam atuar visando a complementariedade institucional, fica em evidência a ineficiência do Sistema de Garantia de Direito ao instituir o princípio da Incompletude Institucional, para assegurar a proteção e os direitos da parcela da população de adolescentes e jovens da socioeducação, em especial os da medida de semiliberdade.

CONSIDERAÇÕES

Para análise dos dados iniciamos com os documentos constitutivos da medida, cadastros nos Conselhos de Direitos da Criança do Adolescente Estadual e Municipal, Projeto Político Pedagógico e Regimento Interno da Unidade de Medida de Semiliberdade, registros da equipe técnica e procedimento dos educandos e a informação da quantidade de educando semanal enviada ao Juizado da 2ª Vara da Infância e Juventude da Capital e relatos informais dos servidores da unidade, além do Relatório da Gestão de 2015 e 2016.

Para as informações dos documentos constitutivos da medida, procuramos os setores responsáveis da FUNDAC como a Diretoria Técnica, a Diretoria de Planejamento e a Coordenação de Capacitação, onde foi necessário para ter acesso às informações, protocolar Requerimento da Orientadora, cópia do Projeto, Comprovação de Vínculo Universitário, dificultando o acesso, visto que todos os documentos solicitados são de domínio público (Lei, Resolução, Portaria, Programas, Projetos e Regimentos e Dados Estatísticos).

Muito pouco foi coletado em decorrência de não existir uma banco de dados estruturados e concisos, os documentos não foram localizados, os dados ficam concentrados com alguns servidores, não são repassados para os demais servidores do mesmo setor ou mesmo aos seus sucessores, as estatísticas mensal em documentos físicos, os dados registrados apresentavam incongruências de informações, campos vazios, números contraditórios e incorretos, faltaram as dos meses de setembro e dezembro de 2016.

O projeto Político Pedagógico da Semiliberdade, da Padaria Escola e os Regimento Interno apesar de ter uma cópia física na coordenação de capacitação não tinha oficialidade por não existe o Projeto Político Pedagógico e Regimento Interno da FUNDAC estes estavam em construção por esse motivo a sua situação junto ao Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente estava irregular, necessitando atualização e Construção do Projeto Político Pedagógico e Regimento Interno Institucional.

A coordenação de capacitação, a diretoria técnica apresentou o projeto do Programa dos Egressos e de Formação Humana: Trabalhando os Eixos Pedagógicos do SINASE, mas não informaram nenhum dado de concretude dos mesmos no ano de 2016 na unidade de semiliberdade. O eixo família tem o Projeto “Alimentando Laços” único em funcionamento em todas as unidades para trabalhar temas transversais, saúde preventiva incorporando em seu calendário as campanhas da Secretaria de Saúde do Estado e Município para os educandos e familiares uma vez por mês, funciona com uma técnica de referência em casa unidade, mas não dispõe de recursos para viabilizar a participação das famílias de forma mais efetiva.

A análise do processo socioeducativo da medida de semiliberdade da forma como foi apresentada pelos dados, encontra-se vazio de sentido considerando que as ações prevista como compulsória (escolarização e profissionalização) não estão sendo realizadas, a rede de atendimento socioassistenciais não funcionam como um conjunto articulado, suas ações são fragmentadas e frágeis, não existe complementariedade institucionais, não existe fluxos pactuados que visem incluir o adolescente em conflito com a lei em ações de restauração individual, mudança da conduta infracional e reinserção familiar -comunitária.

As experiências socioeducativas dos educandos da semiliberdade na dinâmica institucional, muito pouco se aproxima dos parâmetros do SINASE, não existe um programa metodológico com atividades organizadas e previamente estabelecida na rotina da unidade, a existência de práticas que reflete o sistema prisional, não deixa de refletir a estagnação do sistema, violação de direitos e negação de oportunidades que repercute através do aumento da violência e reincidência.

O esquecimento das questões relacionadas a responsabilidade estatal em assegurar políticas públicas que atendam os três níveis de proteção destinadas a alcançar as vulnerabilidades individuais e coletivas para atuar garantindo o atendimento necessário e o suporte pedagógico da socioeducação para conduzir a integração das instâncias públicas, governamentais e sociedade civil com seus saberes e suas responsabilidades para garantir uma rede de atendimento fundamentada no princípio da incompletude institucional para resgatar e promover o adolescente em conflito com lei a concretude de seus direitos, a dignidade da

pessoa humana e o exercício da cidadania como sujeito de direito, gozando da proteção integral.

A incompletude institucional exigida no programa socioeducativo da semiliberdade na unidade de João Pessoa desde a sua estruturação interna de comunicação com o órgão gestor e demais unidades de internação como na relação com os demais setores das políticas públicas, não contam com a participação articulada de ações que deveriam colaborar de forma efetiva para a ressocialização e a reduzir os atritos entre o infrator e a sociedade modificando o panorama de exclusão e marginalização, os dados revelam a incapacidade da gestão pública e falta de investimento nos programas não só de recursos , mas de interesse de concretização de direitos assegurados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz de. Descentralização e intersectorialidade: desafio para a consolidação da política de educação. In: MONNERAT, Giselle Lavinias, ALMEIDA, Ney Luiz de, SOUZA DE, Rosimary Gonçalves (orgs.). **A intersectorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas, São Paulo: Papel Social, 2014, p. 230 a 260

BANDEIRA Marcos: **Atos Infracionais e Medidas. Socioeducativas**: Uma leitura dogmática, crítica e constitucional. Ilhéus-Bahia. **2006** .

BRASIL, República federativa do. Ministério de Desenvolvimento social. **Caderno de Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, Brasília: MDS, 2011^a

_____. República federativado. Ministério de Desenvolvimento Social.

Tipificação dos Serviços Sociais Assistenciais, Brasília: MDS, 2011b.

_____. www.saude.gov.br/adolescente, acesso em 15 /09/ 2017.

_____. MINISTÉRIO da SAÚDE, **Portaria nº 1.082, de 23 maio 2014**d. instituiu a PNAISARI. Diário Oficial da República Federativa do Brasil nº 98, Brasília: MS, 26 de maio de 2014.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA**. Legislação Federal nº 8.069, de 13 de junho de 1990. Brasília, DF: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2010.

_____. Presidência da República. **Emenda Constitucional nº 65**, de 13 de julho de 2010.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). **Resolução 119**. Brasília: CONANDA, 2006b, p.100.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos,

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). **Resolução 113**. Brasília: CONANDA, 2006a.

_____. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Resolução nº 47**, Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Brasília: CONANDA, 2006.

_____. Presidência da República. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Brasília: Senado Federal, 1993.

BRASIL. SDH/PR. **Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo**: Diretrizes e eixos operativos para o SINASE. Brasília, 2013.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 03/09/ 2017.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Os Regimes de Atendimento no Estatuto da Criança e do Adolescente – Perspectivas e Desafios. Brasília: Presidência da República/SDH/Subsecretaria dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2004.

_____. Socioeducação: Estrutura e Funcionamento da Comunidade Educativa. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

FAVERO Eunice Teresinha Vitale, FALLER Maria Amália. BATISTA VERAS, Myrian (orgs). Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam – São Paulo: Paulus, 2008 p.101 a 203

FRASSETO, Flávio Américo. Execução da medida socioeducativa de internação: primeiras linhas de uma crítica garantista. In: Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização. São Paulo: Método, 2006.

LIBERATI, Wilson Donizeti. Comentários ao estatuto da criança e do adolescente. São Paulo: Malheiros, 1993. p. 4.

_____, Wilson Donizeti. *Processo Penal Juvenil: a garantia da legalidade na execução de medida socioeducativa*. 1.ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

MENDEZ, E. G.; COSTA, A. C. G. *Das necessidades aos direitos*. São Paulo: Malheiros, 1994

_____. *Evolução Histórica do Direito da Criança e da Juventude*. In: *Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização*. São Paulo: ILANUD, 2006.

OLIVEIRA, M, M. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Recife: Ed. Bagaço, 2005.

PAULA, Paulo Afonso Garrido de. *Direito da criança e do adolescente e tutela jurisdicional diferenciada*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. p. 57

PLANO DECENAL, Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo da Paraíba (2015 -2024): SEDH, 2015.

RAMIDOFF, Mario Luiz. **SINASE- Sistema Nacional e Atendimento Socioeducativo**: Comentários á Lei 12. 594, de 18 de janeiro de 2012. São Paulo: Saraiva,2012.

SARAIVA, João Batista. *Adolescentes em confronto com a lei: O ECA como instrumento de responsabilização ou eficácia das medidas sócio-educativas*. Boletim Jurídico. Uberaba/MG, 2002. Disponível em: <http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=153>. Acesso em: 10 ago. 2017

_____, *Compêndio de Direito Penal Juvenil: Adolescente e ato Infracional*. Livraria do Advogado. Porto Alegre. 2010.

RAPOSO, Clarissa. *A Política de Atenção integral á Saúde do Adolescente e jovem: uma perspectiva de garantia de direito à saúde?* Revista em Pauta. v. 6 – n.23 –. Julho, Alagoas. 2009

SPOSATO, Karyna Batista (Org). Guia Teórico e Prático de Medidas Socioeducativas. ILANUD - Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente – Brasil. UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2004;

TEJADAS, S. Juventude e Ato Infracional: As múltiplas determinações da reincidência.2005.Dissertação(Mestrado em Serviço Social) Programa de pós-graduação da faculdade de serviço social, pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) Porto Alegre, 2005.

VERONESE, Josiane Rose Petry. Temas de direito da criança e do adolescente – São Paulo: LTr, 1997

_____. **Humanismo e infância: a superação do paradigma da negação do sujeito.** In. MEZZAROBBA, Orides. (Org.) Humanismo latino e Estado no Brasil. Florianópolis: Fundação Boiteux, Treviso: Fondazione Cassamarca, 2003.

ANEXO I
REGISTRO TÉCNICO

Encomendados Janeiro 2016

01	Yuri de Araujo Melo	08/01/16
02	Everton da Silva Santos	13/01/16
03	Jonas Medeiros Barbosa	15/01/16
04	Ismael Meneses Thomas da Silva	15/01/16
05	Aldir Carmo dos Santos (retorno)	20/01/16
06	Felipe da Silva Ribeiro (retorno)	25-01/16

Fevereiro 2016

01	Josuel Pereira da Silva	02-02-16
02	Rodrigo Batista dos Santos	02-02-16
03	Iury Maíne da Silva	05-02-16
04	Raísson Maceo de Fátima	05-02-16
05	João Hercules Barbosa da Silva	18-02-16
06	Ismael Meneses Tomaz da Silva (retorno por descumprimento)	19-02-16
07	Jonathan Bento de Sousa	04-02-16
08	Daniel de Lima Bezerra Nunes	25-02-16
09	Maício José dos Santos Barbosa (retorno por ordem judicial)	25-02-16
10	Lucas Leandro da Silva	26-02-16
11	Alex Pereira de Lima	26-02-16

Março - 2016

01	João Souza de Oliveira	07-03-16
02	Matheus dos Santos Miranda (retorno)	17/03/2016
03	João Victor Pereira dos Santos	23.03.16
04	Yan Bruno Pereira da Silva	23.03.16
05	Cláudio Roberto da Silva Júnior	23.03.16
06	Tobias Luiz da Silva	23.03.16
07	John Everton Felipe Oliveira da Silva (P)	30-03-16
08	Ruan Germanus de Albuquerque - (1ª medida)	31-03-16
09	João	

Encomendados - Abril - 2016.

01	Julio de Lima Paolino		06-04-16
02	Paulo Artur Batista de Souza (1ª medida)		07-04-16
03	Jobson Bezerra Coutinho		07-04-16
04	Deivison Muriel dos Santos (1ª medida)		07-04-16
05	Oliveira da Silva meireles		07-04-16
06	Fabiano da Silva Bezerra		12-04-16
07	Jonathan Angelo da Cruz Silva		08-04-16
08	Julio de Lima Paolino		07/04/16
09	* Ricardo Gomes da Silva	Retorno após período de desacompanhamento CSE	13/04/16
10	* Jose Angelo		13/04/16
11	* Marcelo Mendes		13/04/16
13	* EQUIBERTO		13/04/16
14	Ruan ^{Paulista} de Araújo Vieira (1ª medida)		18/04/16
15	Adelson Ferreira Ribeiro (retorno)		19/04/16
16	Jobson Napomuceno Batista		20/04/16
17	Geziel da Silva Macedo		20/04/16

Maio 2016 Encomendados

01	Diego Virginio da Silva Cunha Silva		03/06/16
02	Isaias da Costa Souza	2ª internação	07.05.16
03	Vitor Hugo Alves da Costa	2ª internação	06/05/16
04	Damião Izidro da Silva	1ª medida	13.05.16
05	Caio Erommanuel Delio Soares	2ª	18.05.16
06	Alan Pessoa de Araújo		20.05.16
	Johnson Calisto Correia	2ª internação	25.05.16
	Renan Alves dos Santos	1ª medida	02.06.16

ENCAMINHADOS

JUNHO/16

01	Jonel Pereira da Silva	2ª intervenção	02.06.16
02	Andrew Matheus Galdino Roche		02.06.16
03	Igor Fernando Trindade da Silva	1ª vez	07.06.16
04	Matheus Henrique da Silva		15.06.16
05	Laucas Pontes da Silva Alexandre		16.06.16
06	Ramon David Silva de Melo		16.06.16
07	Wanda Ferreira do Nascimento		15.06.16
08	Francisco de Assis Laurentino Moreno	(evadeu)	18.06.16
09	Antonio Marcos da Silva - Junior		22.06.16
10	Laucas Viana Silva (1ª medida)		24.06.16
11	Edson da Silva Andrei		27.06.16
12	Renan Alves dos Santos (1ª medida)		02.06.16

JULHO 16

01	Maurício Rodrigues de Oliveira	(1ª med.)	06.07.16
02	Anicresio de Souza Jerônimo	(1ª med.)	12.07.16
03	Johnson Calisto Correia	(retorno)	14.07.16
*04	Luiz Carlos Gabriel dos Santos Júnior		21.07.16
05	Anderson Oliveira dos Santos		21.07.16
06	João Victor Pereira da Silva Alves		21.07.16
07	Vamberto Rodrigues da Silva		21.07.16
08	Eduardo Malheiros Ferreira		21.07.16
09	Waelson da Silva Fortunato		21.07.16
10	João Magalhães Sebastião da Silva		22.07.16
11	Cassio Barbosa Salvador		22.07.16
12	Laucas Cunha da Silva		22.07.16
13	João Emerson Coelho Rodrigues		22.07.16
14	Antonio Ramos Justino Souza Filho		22.07.16
15	Natan Oliveira da Silva		22.07.16
16	Marcelo Pereira dos Santos Barbosa		26.07.16

18	Paulo Manoel da Silva	29.07.16
19	Matheus Alessandro da Silva Santana	29.07.16
20	Raúcas da Silva Moreira	28.07.16

AGOSTO - 16.

01	Edson da Silva Andrei (retorno) P	03-08-16
02	Jose Fagner Pereira de Souza P	05-08-16
03	Gleibson Dias da Silva. (retorno) P	15-08-16
04	Jose Everton Sobral de Santana (1º med)	17-08-16
05	Anderson Sidney de Souza P	09-08-16
06	Jose Ailton Santos Alves (1º med)	21-08-16
07	Adryel Firino da Silva (1º med)	24-08-16
08	George Barbosa de Oliveira Filho (24-08-16
09	Pedro Henrique Coelho de Albuquerque (1º med)	24-08-16

Setembro - 2016.

1.	Cassio Luiz Moreira da Silva (P).	09-09-16
2.	Fernando Santos da Silva (P)	09-09-16
3.	Josias Santos da Silva Filho (P)	09-09-16
4.	Jose Alidelton Alves de Souza. (P)	09-09-16
5.	Genaro Jose Batista. (P)	09-09-16
6.	João Cesario Vieira Neto (P).	19-09-16
7.	Kaik Gabriel Bezerra Martins	23-09-16

Outubro - 2016.

01	Marco Antonio Gomes da Silva	06-10-16
02	Matheus dos Santos Miranda	14-10-16
03	Pedro Henrique Oliveira Moreno	19-10-16
04	Daniel de Lima Bezerra Nunes	27-10-16
05	Joaquim Rodrigues de Araujo	14-10-16

Novembro - 16.

01	Luiz Carlos da Silva (1º med)	01-11-16
----	-------------------------------	----------

Continuacao Novembro. 16. Encomendados

02	João Tadeu Rodrigues da Silva (tornos).	01.11.16
03	Lucas da Silva Galdino (Progressos)	03.11.16
04	Alex Gonçalves da Silva (progressos)	03.11.16
05	Aidelson Ferreira Ribeiro	11.11.16
06	Wanderson de Souza Santos (1ª medida)	11.11.16
07	Mathheus dos Santos Leão Lucas (1ª medida)	11.11.16
08	Lucas Carneiro da Silva (1ª medida)	23.11.16
09	Ayrtton Douglas Xavier de Nascimento (1ª medida)	25.11.16
10	Vitor Rufino dos Santos (2ª medida)	25.11.16
11	Gabriel Ambrosio de Abreu (progressos)	28.11.16
12	Adriano de Lima Gondim (1ª medida)	29.11.16
13	André Mota da Costa	

Dezembro. 16.

01	André Mota da Costa (progressos)	01.12.16
02	Yago Bruno Amaro de Albuquerque Almeida (1ª med)	01.12.16
03	Matheus da Silva Vasconcelos (1ª medida)	06.12.16
04	Hugo Mateus Correia de Lima (progressos)	06.12.16
05	Levi Fox Batista da Silva (1ª medida)	08.12.16
06	Nathanal Parreia da Silva (Progressos)	16.12.16
07	Daniel Pópico da Silva	20.12.16

Evadidos - 2016

JANEIRO - 16		
01	André Lucas dos Santos Silva	04-01-16
02	Adelson Fekreira Ribeiro	04-01-16
03	Julio de Lima Paulim	04-01-16
04	Lucas Vinicius Martins dos Santos	04-01-16
05	Edson Josias da Silva	04-01-16
06	Douglas Miranda da Silva	04-01-16
07	Paulo Cesar Gonçalves da Silva	04-01-16
08	Jonathan Costa Bezerra	05-01-16
09	Fabrizio da Cruz Sobral	06-01-16
10	Frauncinaldo da Silva Santos	11-01-16
11	João Victor Pereira da Silva Alves	11-01-16
12	Yuri Araújo Melo	20-01-16
13	Aldir Carneiro dos Santos	20-01-16
14	Ismael Mendes Thomas da Silva	21-01-16
15	Jonas Medeiros Barbosa	21-01-16
16	Marcelo Mendes Gomes (retorn 25-01-16)	21-01-16
17	Felipe da Silva Ribeiro (retorn 25-01-16)	21-01-16
18	Jonathan Bento de Souza	25-01-16
19	Anselmo Carneiro da Silva	25-01-16
Fevereiro - 16		
01	Yuri Maíke da Silva	09-02-16
02	Josuel Pereira	22-02-16
03	Jonathan Bento	04-02-16
04	Ismael Mendes Thomas da Silva	26-02-16

Falecidos:

01 Gustavo Pedro Barbosa da Silva - 09-05-16

02 Jobson Bezerra Coutinho 13-05-16

Evadidos - Março - 16

01	Alex Pereira de Lima	08-03-16
02	Isac Sousa de Oliveira	18-03-16
03	João Hercules Barbosa da Silva <small>(Salve wilton rommmoda)</small>	15-03-16
04	Yan Bruno Pereira da Silva	28-03-16
05	Heurton da Silva Santos	08-03-16

Abril - 16

01	Ricardo Gomes da Silva.	11-04-16.
02	Paulo Arthur Batista de Souza,	12-04-16.
03	Julio de Lima Paulino	18/04/16
04	Lucas Serafim	22/04/16

Maio - 2016 -

01	João Hercules Barbosa da Silva -	09/05/16
02	Daniel de Lima Bezerra Nunes	09/05/16
03	Victor Hugo Alves da Costa	11/05/16
04	Jobson Bezerra Coutinho (Ortiz)	12/05/16
05	Luiz Carlos da Silva Segundo.	12/05/16.
06	Rodrigo Batista dos Santos	12.05.16
07	Isaias da Costa Souza	12.05.16
08	Wernando Lydio de Silva	19.05.16
09	Jobson Nepomuceno Batista	19.05.16

Exadidos / 16

	Mais / Rodrigo Batistado Santos	13.05.16
10.	Euvelton da Silva Meireles	23.05.16
11	Adelson Ferreira Ribeiro	30.05.16
12	Cassio Emmanuel, Silva, Soares	30.05.16
13	Johnathon Angelo da Cruz Silva.	12.05.16
JUNHO 16		

11	Francisco de Assis Laurentino Moreno	22.06.16
01-	Francisco de Assis Laurentino Moreno	22.06.16
02-	Ruan Douglas de Araújo Vianna	22.06.16
03	John Gwenton Felipe Oliveira da Silva	28.06.16
04.	Maíra Gore dos Santos Barboza	13.06.16
05-	Felipe Luiz da Silva	03.06.16
06.	Andrew matheus Goldim Rocha.	20.06.16

Julho - 2016

01	Jonel Pereira da Silva	04.07.16
02.	Igor Fernando Teindade da Silva	11.07.16
03.	Danielo Ferreira do Nascimento	11.07.16
04.	Ozequiel da Silva Macedo	11.07.16
05.	Edson da Silva André	07.07.16
06-	Antônio de Souza Jerônimo	25.07.16
07 -	Geraldo Paulo de Oliveira - José Emerson Coelho Rodrigues - 27.07.16	18.07.16

Agosto - 2016.

	Anderson Oliveira dos Santos	12.08.16
	Edson da Silva André.	15.08.16
	Cassio Barbosa Salvador.	08.08.16
	Alexandre Wagner da Silva. (retornou estara aguardando decisão da justiça)	17.08.16
10	Hercules Barbosa da Silva	22.08.16
	Genaro Barbosa de Oliveira Filho	30.08.16

Continuacao dos evadidos Agosto - 16.

Luiz Carlos Gabriel da S. Junior
Evelson da Penha Fortunato.

22-08-16

30-08-16

Paulo Manoel da Silva.

30-08-16.

Natan Oliveira da Silva.

30-08-16

Marcio Jose dos Santos Barbosa

23-08-16

Setembro - 16.

Johnson Colisto Correia

05-09-16

Anderson Sidney de Sousa Nascimento

06-09-16

Gleibson Dias da Silva

07-09-16

Jose Ewerton Sobral de Santana

07-09-16

Adryel Firm da Silva

05-09-16

Antonio Marcos da S. Junior (Retorno 20-09-16)

16-09-16

Antonio Ramos Faustino de Sousa Filho

04-09-16

Matheus Henrique da Silva.

19-09-16

Cassio Luis Moreira da Silva.

26-09-16

Outubro. 2016 - Evadidos

01 Marcos Antonio Gomes da Silva

10-10-16

02 Matheus do ~~Pinto~~ Miranda

14-10-16

03 Jose de Nazare Sebastiao da Silva

10-10-16

04 Eduardo Malheiros Ferreira

12-10-16

05 Pedro Henrique Oliveira Moreno

31-10-16

06 Jose Fagner Pereira de Sousa

14-10-16

01 Renato Jose da Silva

Evadidos - Novembro - 16

01- Wanderson de Sousa Dantas	retorna a com o pai 18-11-16	16-11-16
02- Matheus dos Santos Lino Lucas		16-11-16
03- Alex Goncalves da Silva		16-11-16
04- Adelson Ferreira Ribeiro		21-11-16

Dezembro

01- Vitor Rufino dos Santos		12.12.16
02- Mateus da Silva Varconcelos		12.12.16
03- João Vitor Pereira da Silva		12.12.16
04- Jackson Soares Cândido dos Santos		09.12.16

Falecidos:

01 Gustavo Pedro Barbosa da Silva - 09-05-16

02 Jobson Bezerra Coutinho 13-05-16

Liberados 2016.

Março. - 2016

11	01.	Andrews Tricolauer J. Guimarães	23.03.16
12	02	Cleivson Francisco De Assis	23.03.16
13	03.	Edgleuson Dias Gama	23.03.16
14	04.	Gilmar de Sousa Almeida	23.03.16
15	05.	Herbison da Silva Leopoldo	23.03.16
16	06	maewel David Lima Feitosa	23.03.16
17	07.	Wagner da Silva	23.03.16

Junho. 16.

18	01.	Relisses Oliveira da Silva	02.06.16
----	-----	----------------------------	----------

Julho - 16

19	01.	Guerton Berman de Sousa	01.07.16
20	02	Ogiberto Lucas dos Santos Ferreira	01.07.16
21	03	Felipe da Silva Ribeiro	01.07.16
22	04	Francisco de Assis Calixto da Silva	01.07.16
23	05	Jefferson Ferreira da Silva Melo	01.07.16
24	06	Jefferson de Souza Oliveira	01.07.16
25	07	Lenilson Braz Ribeiro	01.07.16

Setembro - 16.

26	01.	Alexandre Wagner da Silva (LA)	29.09.16
----	-----	--------------------------------	----------

Continuação - Liberados - 2016.

Novembro - 16

01	Ramona David Silva de Melo (extinção)	16-11-16
02	Daivison Munilo dos Santos Silva (L.A)	16-11-16
03	João Victor Pereira dos Santos (extinção)	16-11-16
04	Fabiano da Silva Bezerra - (L.A)	16-11-16
05	Claudio Roberto da Silva Junior (extinção)	16-11-16
06	Damian Lides da Silva	18.11.16
07	Marcelo Mendes	18-11-16
08	Matheus ^{obs} J. Miranda	18-11-16
09	José Angelo	28-11-16
10	Ricardo Gomes da Silva	30-11-16

11 - Antonio ...

12 - Humberto ...

13 - ...

Dezembro - 16

01	Antonio Marcos da Silva Junior	02-12-16
02	Vambecko Rodrigues da Silva	02-12-16
03	Lucas da Silva Moreira	02-12-16
04	...	06-12-16

Entrada - Dezembro - 2015

01	Jonathan Costa Bezerra	02-12-15
	Wesley da Silva Pereira (reintern)	02-12-15
	Ewerton Lima da Silva	10-12-15
	Alexandre Wagner da Silva (1 ^a medida)	15.12.15
	Julio de Lima Bulho	15.12.15
	Gilmar de Souza Almeida	16.12.15
	Ricardo Gomes da Silva	16.12.15
05	Edgleuson Dias da Gama	16-12-15
	Cleuson Francisco de Assis	16-12-15
	Anselmo Carneiro da Silva	16-12-15
	Ewerton Hermanno de Souza	16-12-15
	Vinicius Wanderson F. da Silva	18-12-15
	Edson Jarias da Silva	18-12-15
	Gustavo Pedro Barbosa da Silva	16-12-15
	Joao Victor Pereira da Silva	18-12-15
	Ricardo Gomes da Silva	
	Fraucinaldo da Silva Paulas	18-12-15
	Edson de Souza Almeida	
	Lenilson Bray Ribeiro	18-12-15
	Lucas Vinicius Martins dos Santos	
	Douglas Miranda da Silva	18-12-15
	Adelson Ferreira Ribeiro	18-12-15
	Jonathan Bento de Souza	18-12-15
	Fabricio da Cruz Sobral	18-12-15
	Jefferson de Sousa Oliveira	18-12-15
	Herberson da Silva Leopoldo	18-12-15
	Paulo Cesar Gomes da Silva	18-12-15

ANEXO ii
ESTADÍSTICA MENSAL

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

Unidade:	SEMILIBERDADE	Telefone:	3214 3300
Diretor(a):	DARCYWENDOW LEITE P DE LACERDA	Celular:	
Email:		Cidade:	JOÃO PESSOA
Usuários:	<input checked="" type="radio"/> Masculino <input type="radio"/> Feminino	Mês:	JANEIRO 2016

1. Adolescentes por Faixa Etária e Medida Socioeducativa

CAPACIDADE DA UNIDADE:

Idade	Internação	Internação Provisória	Descumprimento de Medida	Total
12 Anos				
13 Anos				
14 Anos				
15 Anos	1			
16 Anos	5			
17 Anos	16			
18 Anos	3			
19 Anos	8			
20 Anos	2			
21 Anos				
Total	35			0

2. Adolescentes por Estado Civil

Situação	Nº Adolescentes
Solteiro	27
Casado ou União Estável	8
Separado ou Divorciado	
Viúvo	
Total	35

3. Adolescentes por Faixa de Renda
(SM = Salário Mínimo)

Renda	Nº Adolescentes
Sem Renda	
Menos de 01 salário	
01 a 02 salários	
Acima de 2 SM	
Total	

4. Adolescentes por Grau de Escolaridade

Faixa	Nº Adolescentes
Analfabeto / Alfabetização	
Fundamental Incompleto	15
Fundamental Completo	10
Médio Incompleto	5
Médio Completo	
Superior Incompleto	
Superior Completo	
Supletivo	
Total	30

5. Adolescentes por Raça ou Cor

Raça ou Cor	Nº Adolescentes
Branca	
Preta / Negra	
Parda	
Amarela	
Indígena	
Outra	
Total	

6. Informações da Rede Escolar

Renda	Nº Adolescentes
Matriculado na Escola	
Reforço Escolar na Unidade/ Fora da Escola	
Acompanhado na Escola	3
Frequentando a Escola	3
Total	6

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

7. Ato Infracional Cometido

(Se houver outros, acrescentar nas linhas de baixo)

Tipificação	Internação	Internação Provisória	Semiliberdade	Total
Ameaça de Morte				
Assalto			6	6
Atentado Violento ao Pudor				
Busca e Apreensão				
Dano				
Estelionato				
Estupro				
Formação de Quadrilha				
Furto				
Homicídio			3	3
Homicídio Qualificado			2	2
Homicídio Tentado			2	2
Latrocínio				
Latrocínio Tentado				
Lesão Corporal				
Porte de Arma Branca				
Porte de Arma de Fogo			1	1
Receptação				
Roubo			3	3
Roubo Tentado				
Sequestro e Cárcere Privado				
Tráfico			4	4
Furto Qualificado				
Homicídio Qualificado e Lesão				
Crime de Tóxico				
Homicídio Simples				
Porte de Drogas				
Roubo Majorado			2	2
Roubo Qualificado			6	6
Tentativa de roubo duplamente qualificado				
Tráfico de entorpecente			2	2
Outros			2	2
Agressão				
Porte de Drogas				
Porte Ilegal de Arma			2	2
Sequestro				
Total			35	35

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO - SEDH

FUNDAÇÃO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE "ALICE DE ALMEIDA" - FUNDAC

FUNDAC

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

8. Situação do Adolescente - ENTRADA

Especificação	Nº Adolescentes
Descumprimento de Medida	3
Primeira Medida de Internação	14
Regressão de Medida	1
Reincidência	0
Recapturado	0
Total	18

9. Situação do Adolescente - SAÍDA

Especificação	Nº Adolescentes
Desinternado	0
Evadido (Fuga)	18
Progressão de Medida	22
Óbito	
Transferência p/ Outra Unidade	
Regressão de Medida	2
Total	42

10. Situação do Adolescente

Especificação	Nº Adolescentes
Provisória	
Sentenciado	
Total	

11. Encaminhamentos

Especificação	Na Unidade	Fora da Unidade
Enfermaria		
Odontologia		
Médico/ambulatorial		2
Laboratório		
Serviço Social/Adolesc.		
Psicólogo/ Adolescentes		
Mercado de trabalho		
Retirada de Documentos		6
Sistema de Justiça		
Jurídico		
Serviço Social/Familiares		
Psicólogo/ Familiares		
Encaminhamento CAPS		
Atividade Ocupacional		
Psicoterapia		
Hospital		3
Outro (Direção)		
Totais	11	11

12. Atendimento Sócio Familiar

Especificação	Quantitativo
Atendimento do Serviço Social a Família	17
Atendimento Individual com a Família	15
Atendimento Psicológico a Família	
Família Atendidas na Unidade	18
Nº de Famílias Atendidas no Total	
Famílias Encaminhadas a Cursos	
Reuniões com a Família	
Visitas Domiciliares	
Outros Encaminhamentos	
Visita Inst.	1
Total	51

13. Atividades

Especificação	Nº Adolescentes
Grupos Operativos	
Avaliação Psicosocial	
acolhimento	5
encerramentode medida oficina pedag	
passeio est ciências	6
Atendimento no PIA	
Estudos de Caso	
Rodas de Conversa	
Visita Escolar	
Atemdimento Individual	28
Roda de conversa	
Reunião-eixo cultural	?
matriculados aplicação de medida	
reunião tecnica padaria	
alimentação sípia	
visita individual	
Total	39

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

14. Oficinas

Especificação	Nº Adolescentes
Informática	
Horticultura	
Teatro	2 ?
Espiritualidade	
Material de Limpeza	
Fabricação de Garrafas	
Mosaico	
Cerâmica	
Capoeira	
Aeróbica	
Desempenho Ocupacional	
Música e Dança	
Pintura artes Visuais	
Tear	
Outros (Letramento)	
Total	

15. Órgão Parceiros do Mês

Órgão	Forma de Participação
Secretaria E. Est.e Munic.	Inserção na Escola
SecretariaSaúde do Munic	Marcação de Fisioterapia
Cras Cristo	Inserção em Cursos
Juízado e Promotora	Mutirão de Liberação
Reunião Alimentando Laços	09 Famílias
CENDAC	PROJETO ALIMENTANDO LAÇOS
CAIS	ATENDIMENTO MÉDICO
CONTRATO PADARIA	
Atendimento individual	4
SERJUR	Conferencia da Juventude

16. Adolescentes por Origem

[illegible]

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

17. Média Mensal de Adolescentes Atendidos

Dia Do Mês	Saldo	Entradas	Saídas	Total Dia
01	0			
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30				
31				
				Total de Atendidos no Mês
				Média Mensal

☐ Relatório Finalizado



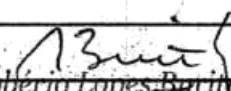
GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
FUNDAÇÃO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE "ALICE ALMEIDA"
João Pessoa - Paraíba

DESPACHOS

Para a Coordenação de Planejamento, para conhecimento e providências necessárias.

Em, 09 / 03 / 2015

Proc. 0803116


Roberto Lopes Barreto
Diretor Administrativo - FUNDAC
Matrícula Nº 663.679-9

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

Unidade:	SEMILIBERDADE	Telefone:	3214 3300
Diretor(a):	DARCYWENDOW LEITE P DE LACERDA	Celular:	
Email:		Cidade:	JOÃO PESSOA
Usuários:	<input checked="" type="radio"/> Masculino <input type="radio"/> Feminino	Mês:	FEVEREIRO

1. Adolescentes por Faixa Etária e Medida Socioeducativa

CAPACIDADE DA UNIDADE:

Idade	Internação	Internação Provisória	Descumprimento de Medida	Total
12 Anos				
13 Anos				
14 Anos				
15 Anos				
16 Anos	3			
17 Anos	12			
18 Anos	3			
19 Anos	6			
20 Anos	2			
21 Anos				
Total	26			0

2. Adolescentes por Estado Civil

Situação	Nº Adolescentes
Solteiro	19
Casado ou União Estável	7
Separado ou Divorciado	
Viúvo	
Total	26

3. Adolescentes por Faixa de Renda
(SM = Salário Mínimo)

Renda	Nº Adolescentes
Sem Renda	
Menos de 01 salário	
01 a 02 salários	
Acima de 2 SM	
Total	

4. Adolescentes por Grau de Escolaridade

Faixa	Nº Adolescentes
Analfabeto / Alfabetização	
Fundamental Incompleto	13
Fundamental Completo	8
Médio Incompleto	5
Médio Completo	
Superior Incompleto	
Superior Completo	
Supletivo	
Total	26

5. Adolescentes por Raça ou Cor

Raça ou Cor	Nº Adolescentes
Branca	
Preta / Negra	
Parda	
Amarela	
Indígena	
Outra	
Total	

6. Informações da Rede Escolar

Renda	Nº Adolescentes
Matriculado na Escola	
Reforço Escolar na Unidade/ Fora da Escola	
Acompanhado na Escola	3
Frequentando a Escola	3
Total	6

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

8. Situação do Adolescente - ENTRADA

Especificação	Nº Adolescentes
Descumprimento de Medida	
Primeira Medida de Internação	2
Regressão de Medida	1
Reincidência	
Recapturado	1
Total	4

9. Situação do Adolescente - SAÍDA

Especificação	Nº Adolescentes
Desinternado	
Evadido (Fuga)	9
Progressão de Medida	17
Óbito	
Transferência p/ Outra Unidade	
Regressão de Medida	2
Total	28

10. Situação do Adolescente

Especificação	Nº Adolescentes
Provisória	
Sentenciado	
Total	

11. Encaminhamentos

Especificação	Na Unidade	Fora da Unidade
Enfermaria		
Odontologia		
Médico/ambulatorial		2
Laboratório		
Serviço Social/Adolesc.		
Psicólogo/ Adolescentes		
Mercado de trabalho		
Retirada de Documentos		
Sistema de Justiça		
Jurídico		
Serviço Social/Familiares		
Psicólogo/ Familiares		
Encaminhamento CAPS		1
Atividade Ocupacional		
Psicoterapia		
Hospital		2
Outro (Direção)		
Total	5	5

12. Atendimento Sócio Familiar

Especificação	Quantitativo
Atendimento do Serviço Social a Família	19
Atendimento Individual com a Família	16
Atendimento Psicológico a Família	2
Família Atendidas na Unidade	11
Nº de Famílias Atendidas no Total	
Famílias Encaminhadas a Cursos	
Reuniões com a Família	
Visitas Domiciliares	
Outros Encaminhamentos	
Visita Inst.	
Total	48

13. Atividades

Especificação	Nº Adolescentes
Grupos Operativos	
Avaliação Psicosocial	1
acolhimento	
encerramentode medida oficina pedag	
passeio est ciências	
Atendimento no PIA	
Estudos de Caso	
Rodas de Conversa	
Visita Escolar	
Atendimento Individual	28
acom. Curso padaria	2
Reunião-eixo cultural	
matriculados	3
aplicação de medida sócia	
reunião tecnica padaria	
alimentação sipia	17
visita individual	
Total	51

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

7. Ato Infracional Cometido

(Se houver outros, acrescentar nas linhas de baixo)

Tipificação	Internação	Internação Provisória	Semiliberdade	Total
Ameaça de Morte				
Assalto			5	5
Atentado Violento ao Pudor				
Busca e Apreensão				
Dano				
Estelionato				
Estupro				
Formação de Quadrilha				
Furto				
Homicídio			1	1
Homicídio Qualificado				
Homicídio Tentado			2	2
Latrocínio				
Latrocínio Tentado				
Lesão Corporal				
Porte de Arma Branca				
Porte de Arma de Fogo			1	1
Receptação				
Roubo			2	2
Roubo Tentado				
Sequestro e Cárcere Privado				
Tráfico			3	3
Furto Qualificado				
Homicídio Qualificado e Lesão				
Crime de Tóxico				
Homicídio Simples				
Porte de Drogas				
Roubo Majorado			2	2
Roubo Qualificado			5	5
Tentativa de roubo duplamente qualificado				
Tráfico de entorpecente			2	2
Outros			2	2
Agressão				
Porte de Drogas				
Porte ilegal de Arma			1	1
Sequestro				
Total			26	26

FUNDAÇÃO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE "ALICE DE ALMEIDA" - FUNDAC

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

14. Oficinas

Especificação	Nº Adolescentes
Informática	3
Horticultura	
Teatro	
Espiritualidade	3
Material de Limpeza	
Fabricação de Garrafas	
Mosaico	
Cerâmica	
Capoeira	
Aeróbica	
Desempenho Ocupacional	
Música e Dança	
Pintura artes Visuais	
Tear	3
Outros (Letramento)	
Total	3

15. Órgão Parceiros do Mês

[illegible]

16. Adolescentes por Origem

[illegible]

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

17. Média Mensal de Adolescentes Atendidos

Dia Do Mês	Saldo	Entradas	Saídas	Total Dia
01	0			
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30				
31				
				Total de Atendidos no Mês
				Média Mensal

☐ Relatório Finalizado

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

Unidade: SEMILIBERDADE Telefone: 3214 3300
Diretor(a): DARCYWENDOW LEITE P DE LACERDA Celular:
Email: Cidade: JOÃO PESSOA
Usuários: ☒ Masculino ☐ Feminino Mês: MAR 30/2016

1. Adolescentes por Faixa Etária e Medida Socioeducativa

CAPACIDADE DA UNIDADE:

Idade	Internação	Internação Provisória	Descumprimento de Medida	Total
12 Anos				
13 Anos				
14 Anos				
15 Anos	1			
16 Anos	3			
17 Anos	13			
18 Anos	9			
19 Anos	4			
20 Anos	2			
21 Anos	1			
Total	33			0

2. Adolescentes por Estado Civil

Situação	Nº Adolescentes
Solteiro	27
Casado ou União Estável	6
Separado ou Divorciado	
Viúvo	
Total	33

3. Adolescentes por Faixa de Renda
(SM = Salário Mínimo)

Renda	Nº Adolescentes
Sem Renda	
Menos de 01 salário	6
01 a 02 salários	16
Acima de 2 SM	3
Total	25

4. Adolescentes por Grau de Escolaridade

Faixa	Nº Adolescentes
Analfabeto / Alfabetização	
Fundamental Incompleto	26
Fundamental Completo	
Médio Incompleto	6
Médio Completo	
Superior Incompleto	
Superior Completo	
Supletivo	
Total	32

5. Adolescentes por Raça ou Cor

Raça ou Cor	Nº Adolescentes
Branca	2
Preta / Negra	11
Parda	16
Amarela	
Indígena	
Outra	
Total	29

6. Informações da Rede Escolar

Renda	Nº Adolescentes
Matriculado na Escola	
Reforço Escolar na Unidade/ Fora da Escola	
Acompanhado na Escola	
Frequentando a Escola	
Total	

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

7. Ato Infracional Cometido

(Se houver outros, acrescentar nas linhas de baixo)

Tipificação	Internação	Internação Provisória	Semiliberdade	Total
Ameaça de Morte				
Assalto			8	8
Atentado Violento ao Pudor				
Busca e Apreensão				
Dano				
Estelionato				
Estupro				
Formação de Quadrilha				
Furto				
Homicídio			1	1
Homicídio Qualificado				
Homicídio Tentado			3	3
Latrocínio				
Latrocínio Tentado				
Lesão Corporal				
Porte de Arma Branca				
Porte de Arma de Fogo			1	1
Receptação				
Roubo			4	4
Roubo Tentado				
Sequestro e Cárcere Privado				
Tráfico			3	3
Furto Qualificado				
Homicídio Qualificado e Lesão				
Crime de Tóxico				
Homicídio Simples				
Porte de Drogas				
Roubo Majorado			2	2
Roubo Qualificado			5	5
Tentativa de roubo duplamente qualificado				
Tráfico de entorpecente			2	2
Outros			3	3
Agressão				
Porte de Drogas				
Porte ilegal de Arma			1	1
Sequestro				
Total			33	33

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

8. Situação do Adolescente - ENTRADA

Especificação	Nº Adolescentes
Descumprimento de Medida	
Primeira Medida de Internação	20
Regressão de Medida	
Reincidência	
Recapturado	
	20

9. Situação do Adolescente - SAÍDA

Especificação	Nº Adolescentes
Desinternado	
Evadido (Fuga)	4
Progressão de Medida	20
Óbito	
Transferência p/ Outra Unidade	3
Regressão de Medida	3
Total	30

10. Situação do Adolescente

Especificação	Nº Adolescentes
Provisória	
Sentenciado	
Total	

11. Encaminhamentos

Especificação	Na Unidade	Fora da Unidade
Enfermaria		
Odontologia		
Médico/ambulatorial		
Laboratório		
Serviço Social/Adolesc.		
Psicólogo/ Adolescentes		
Mercado de trabalho		
Retirada de Documentos		
Sistema de Justiça		23
Jurídico		
Serviço Social/Familiares		
Psicólogo/ Familiares		
Encaminhamento CAPS		
Atividade Ocupacional		
Psicoterapia		
Hospital		
Outro (Direção)		
Totais	23	23

12. Atendimento Sócio Familiar

Especificação	Quantitativo
Atendimento do Serviço Social a Família	11
Atendimento Individual com a Família	4
Atendimento Psicológico a Família	
Família Atendidas na Unidade	11
Nº de Famílias Atendidas no Total	
Famílias Encaminhadas a Cursos	
Reuniões com a Família	1
Visitas Domiciliares	
Outros Encaminhamentos	
Visita Inst.	2
	29

13. Atividades

Especificação	Nº Adolescentes
Grupos Operativos	
Avaliação Psicosocial	12
acolhimento	2
encerramentode medida oficina pedag	
passelo est ciências	
Atendimento no PIA	
Estudos de Caso	
Rodas de Conversa	
Visita Escolar	
Atendimento Individual	14
acom. Curso padaria	
Reunião-eixo cultural	
matriculados aplicação de medida sinia e cadastro	6
reunião tecnica padaria	
alimentação sipia	
visita individual	
Total	34

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

14. Oficinas

Especificação	Nº Adolescentes
Informática	
Horticultura	
Teatro	
Espiritualidade	
Material de Limpeza	
Fabricação de Garrafas	
Mosaico	
Cerâmica	
Capoeira	
Aeróbica	
Desempenho Ocupacional	
Música e Dança	
Pintura artes Visuais	
Tear	
Outros (Letramento)	
Total	

15. Órgão Parceiros do Mês

Órgão	Forma de Participação
Secretaria E. Est.e Munic.	Inserção na Escola
SecretariaSaúde do Munic	Marcação de Fisioterapia
Cras Cristo	Inserção em Cursos
Juizado e Promotora	Mutirão de Liberação
Reunião Alimentando Lacos	09 Famílias
CENDAC	PROJETO ALIMENTANDO LAÇOS
CAIS	ATENDIMENTO MÉDICO
CONTRATO PADARIA	
Atendimento individual	
SERJUR	Conferencia da Juventude

16. Adolescentes por Origem

[illegible]

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

17. Média Mensal de Adolescentes Atendidos

Dia Do Mês	Saldo	Entradas	Saídas	Total Dia
01	0			
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30				
31				
				Total de Atendidos no Mês
				Média Mensal

☐ Relatório Finalizado

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

Unidade:	SEMILIBERDADE	Telefone:	3214 3300
Diretor(a):	DARCYWENDOW LEITE P DE LACERDA	Celular:	
Email:		Cidade:	JOÃO PESSOA
Usuários:	<input checked="" type="radio"/> Masculino <input type="radio"/> Feminino	Mês:	ABRIL 2016

1. Adolescentes por Faixa Etária e Medida Socioeducativa

CAPACIDADE DA UNIDADE:

Idade	Internação	Internação Provisória	Descumprimento de Medida	Total
12 Anos				
13 Anos				
14 Anos				
15 Anos	3			
16 Anos	5			
17 Anos	13			
18 Anos	10			
19 Anos	2			
20 Anos	1			
21 Anos	1			
Total	35			0

2. Adolescentes por Estado Civil

Situação	Nº Adolescentes
Solteiro	29
Casado ou União Estável	6
Separado ou Divorciado	
Viúvo	
Total	35

3. Adolescentes por Faixa de Renda
(SM = Salário Mínimo)

Renda	Nº Adolescentes
Sem Renda	
Menos de 01 salário	6
01 a 02 salários	16
Acima de 2 SM	3
Total	25

4. Adolescentes por Grau de Escolaridade

Faixa	Nº Adolescentes
Analfabeto / Alfabetização	
Fundamental Incompleto	26
Fundamental Completo	
Médio Incompleto	9
Médio Completo	
Superior Incompleto	
Superior Completo	
Supletivo	
Total	35

5. Adolescentes por Raça ou Cor

Raça ou Cor	Nº Adolescentes
Branca	4
Preta / Negra	12
Parda	19
Amarela	
Indígena	
Outra	
Total	35

6. Informações da Rede Escolar

Renda	Nº Adolescentes
Matriculado na Escola	5
Reforço Escolar na Unidade/ Fora da Escola	
Acompanhado na Escola	
Frequentando a Escola	5
Total	10

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

7. Ato Infracional Cometido

(Se houver outros, acrescentar nas linhas de baixo)

Tipificação	Internação	Internação Provisória	Semiliberdade	Total
Ameaça de Morte				
Assalto			8	8
Atentado Violento ao Pudor				
Busca e Apreensão				
Dano				
Estelionato				
Estupro				
Formação de Quadrilha				
Furto				
Homicídio			1	1
Homicídio Qualificado			1	1
Homicídio Tentado			3	3
Latrocínio				
Latrocínio Tentado				
Lesão Corporal				
Porte de Arma Branca				
Porte de Arma de Fogo			1	1
Receptação				
Roubo			8	8
Roubo Tentado				
Sequestro e Cárcere Privado				
Tráfico			1	1
Furto Qualificado				
Homicídio Qualificado e Lesão				
Crime de Tóxico				
Homicídio Simples				
Porte de Drogas				
Roubo Majorado			3	3
Roubo Qualificado			3	3
Tentativa de roubo duplamente qualificado				
Tráfico de entorpecente			3	3
Outros			1	1
Agressão				
Porte de Drogas				
Porte Ilegal de Arma				
Sequestro			2	2
Total			33	35

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

8. Situação do Adolescente - ENTRADA

Especificação	Nº Adolescentes
Descumprimento de Medida	
Primeira Medida de Internação	20
Regressão de Medida	
Reincidência	
Recapturado	
	20

9. Situação do Adolescente - SAÍDA

Especificação	Nº Adolescentes
Desinternado	
Evadido (Fuga)	4
Progressão de Medida	15
Óbito	
Transferência p/ Outra Unidade	
Regressão de Medida	1
Total	20

10. Situação do Adolescente

Especificação	Nº Adolescentes
Provisória	
Sentenciado	
Total	

11. Encaminhamentos

Especificação	Na Unidade	Fora da Unidade
Enfermaria		
Odontologia		
Médico/ambulatorial		
Laboratório		
Serviço Social/Adolesc.		
Psicólogo/ Adolescentes		
Mercado de trabalho		
Retirada de Documentos		
Sistema de Justiça		23
Jurídico		
Serviço Social/Familiares		
Psicólogo/ Familiares		
Encaminhamento CAPS		
Atividade Ocupacional		
Psicoterapia		
Hospital		
Outro (Direção)		
Total		23
Totais	23	23

12. Atendimento Sócio Familiar

Especificação	Quantitativo
Atendimento do Serviço Social a Família	11
Atendimento Individual com a Família	4
Atendimento Psicológico a Família	
Família Atendidas na Unidade	11
Nº de Famílias Atendidas no Total	
Famílias Encaminhadas a Cursos	
Reuniões com a Família	1
Visitas Domiciliares	
Outros Encaminhamentos	
Visita Inst.	2
	29

13. Atividades

Especificação	Nº Adolescentes
Grupos Operativos	
Avaliação Psicosocial	12
acolhimento	2
encerramentode medida oficina pedag	
passeio est ciências	
Atendimento no PIA	
Estudos de Caso	
Rodas de Conversa	
Visita Escolar	
Atemdimento Individual	14
acom. Curso padaria	
Reunião-eixo cultural	
matriculados	
aplicação de medida sócia e cadastro	6
reunião tecnica padaria	
alimentação sípia	
visita individual	
Total	34

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

14. Oficinas

Especificação	Nº Adolescentes
Informática	
Horticultura	
Teatro	
Espiritualidade	
Material de Limpeza	
Fabricação de Garrafas	
Mosaico	
Cerâmica	
Capoeira	
Aeróbica	
Desempenho Ocupacional	
Música e Dança	
Pintura artes Visuais	
Tear	
Outros (Letramento)	
Total	

15. Órgão Parceiros do Mês

[illegible]

16. Adolescentes por Origem

[illegible]

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

17. Média Mensal de Adolescentes Atendidos

Dia Do Mês	Saldo	Entradas	Saídas	Total Dia
01	0			
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30				
31				

☐ Relatório Finalizado

Total de Atendidos no Mês

Média Mensal

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

Unidade: SEMILIBERDADE Telefone: 3214 3300
Diretor(a): DARCYWENDOW LEITE P DE LACERDA Celular:
Email: Cidade: JOÃO PESSOA
Usuários: ☒ Masculino ☐ Feminino Mês: MAIO / 2016

1. Adolescentes por Faixa Etária e Medida Socioeducativa

CAPACIDADE DA UNIDADE:

Idade	Internação	Internação Provisória	Descumprimento de Medida	Total
12 Anos				
13 Anos				
14 Anos	1			
15 Anos	3			
16 Anos	2			
17 Anos	8			
18 Anos	14			
19 Anos	4			
20 Anos	2			
21 Anos	1			
Total	35			0

2. Adolescentes por Estado Civil

Situação	Nº Adolescentes
Solteiro	26
Casado ou União Estável	8
Separado ou Divorciado	
Viúvo	
Total	34

3. Adolescentes por Faixa de Renda
(SM = Salário Mínimo)

Renda	Nº Adolescentes
Sem Renda	
Menos de 01 salário	6
01 a 02 salários	16
Acima de 2 SM	3
Total	25

4. Adolescentes por Grau de Escolaridade

Faixa	Nº Adolescentes
Analfabeto / Alfabetização	
Fundamental Incompleto	28
Fundamental Completo	
Médio Incompleto	4
Médio Completo	
Superior Incompleto	
Superior Completo	
Supletivo	1
Total	33

5. Adolescentes por Raça ou Cor

Raça ou Cor	Nº Adolescentes
Branca	3
Preta / Negra	12
Parda	19
Amarela	
Indígena	
Outra	
Total	34

6. Informações da Rede Escolar

Renda	Nº Adolescentes
Matriculado na Escola	2
Reforço Escolar na Unidade/ Fora da Escola	
Acompanhado na Escola	
Frequentando a Escola	2
Total	4

Diretor: Darcywendow Leite de Lacerda
Mat. Nº 663.652-7
02/06/2016

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

8. Situação do Adolescente - ENTRADA

Especificação	Nº Adolescentes
Descumprimento de Medida	
Primeira Medida de Internação	20
Regressão de Medida	1
Reincidência	4
Recapturado	1
Total	26

9. Situação do Adolescente - SAÍDA

Especificação	Nº Adolescentes
Desinternado	
Evadido (Fuga)	9
Progressão de Medida	16
Óbito	2
Transferência p/ Outra Unidade	2
Regressão de Medida	
Total	29

10. Situação do Adolescente

Especificação	Nº Adolescentes
Provisória	
Sentenciado	
Total	

11. Encaminhamentos

Especificação	Na Unidade	Fora da Unidade
Enfermaria		
Odontologia		
Médico/ambulatorial		
Laboratório		
Serviço Social/Adolesc.		
Psicólogo/ Adolescentes		
Mercado de trabalho		
Retirada de Documentos		
Sistema de Justiça		8
Jurídico		1
Serviço Social/Familiares		
Psicólogo/ Familiares		
Encaminhamento CAPS		
Atividade Ocupacional		
Psicoterapia		
Hospital		2
Outro (Direção)		
Totais	11	11

12. Atendimento Sócio Familiar

Especificação	Quantitativo
Atendimento do Serviço Social a Família	
Atendimento Individual com a Família	6
Atendimento Psicológico a Família	9
Família Atendidas na Unidade	9
Nº de Famílias Atendidas no Total	
Famílias Encaminhadas a Cursos	
Reuniões com a Família	
Visitas Domiciliares	
Outros Encaminhamentos	
Visita Inst.	2
Total	26

13. Atividades

Especificação	Nº Adolescentes
Grupos Operativos	
Avaliação Psicosocial	
acolhimento	4
encerramentode medida oficina pedag	
passeio est ciências	
Atendimento no PIA	
Estudos de Caso	
Rodas de Conversa	
Visita Escolar	
Atemdimento Individual	5
acomp. Curso padaria	
Reunião-eixo cultural	
vacinação H1N1	9
aplicação de medida sipia e cadastro	
reunião tecnica padaria	
alimentação sipia	
visita individual	
Total	18

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

14. Oficinas

Especificação	Nº Adolescentes
Informática	
Horticultura	
Teatro	
Espiritualidade	
Material de Limpeza	
Fabricação de Garrafas	
Mosaico	
Cerâmica	
Capoeira	
Aeróbica	
Desempenho Ocupacional	
Música e Dança	
Pintura artes Visuais	
Tear	
Outros (Letramento)	
Total	

15. Órgão Parceiros do Mês

[illegible]

16. Adolescentes por Origem

[illegible]

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

17. Média Mensal de Adolescentes Atendidos

Dia Do Mês	Saldo	Entradas	Saídas	Total Dia
01	0			
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30				
31				

☐ Relatório Finalizado

Total de Atendidos no Mês

Média Mensal

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

Unidade:	SEMILIBERDADE	Telefone:	3214 3300
Diretor(a):	DARCYWENDOW LEITE P DE LACERDA	Celular:	
Email:		Cidade:	JOÃO PESSOA
Usuários:	<input checked="" type="radio"/> Masculino <input type="radio"/> Feminino	Mês:	JUNHO de 2016

1. Adolescentes por Faixa Etária e Medida Socioeducativa

CAPACIDADE DA UNIDADE:

Idade	Internação	Internação Provisória	Descumprimento de Medida	Total
12 Anos				
13 Anos				
14 Anos				
15 Anos	3			
16 Anos	2			
17 Anos	13			
18 Anos	14			
19 Anos	5			
20 Anos	1			
21 Anos				
Total	38			0

2. Adolescentes por Estado Civil

Situação	Nº Adolescentes
Solteiro	26
Casado ou União Estável	6
Separado ou Divorciado	
Viúvo	
Total	32

3. Adolescentes por Faixa de Renda
(SM = Salário Mínimo)

Renda	Nº Adolescentes
Sem Renda	
Menos de 01 salário	2
01 a 02 salários	12
Acima de 2 SM	
Total	14

4. Adolescentes por Grau de Escolaridade

Faixa	Nº Adolescentes
Analfabeto / Alfabetização	
Fundamental Incompleto	28
Fundamental Completo	
Médio Incompleto	5
Médio Completo	
Superior Incompleto	
Superior Completo	
Supletivo	
Total	33

5. Adolescentes por Raça ou Cor

Raça ou Cor	Nº Adolescentes
Branca	3
Preta / Negra	12
Parda	22
Amarela	
Indígena	
Outra	
Total	37

6. Informações da Rede Escolar

Renda	Nº Adolescentes
Matriculado na Escola	
Reforço Escolar na Unidade/ Fora da Escola	
Acompanhado na Escola	
Frequentando a Escola	
Total	

Darcywendow Leite de Lacerda
Diretor: 
Mat. Nº 663.652-7

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

7. Ato Infracional Cometido

(Se houver outros, acrescentar nas linhas de baixo)

Tipificação	Internação	Internação Provisória	Semiliberdade	Total
Ameaça de Morte				
Assalto			7	7
Atentado Violento ao Pudor				
Busca e Apreensão				
Dano				
Estelionato				
Estupro				
Formação de Quadrilha				
Furto				
Homicídio			1	1
Homicídio Qualificado			2	2
Homicídio Tentado			3	3
Latrocínio				
Latrocínio Tentado				
Lesão Corporal				
Porte de Arma Branca				
Porte de Arma de Fogo			2	2
Receptação			1	1
Roubo			10	10
Roubo Tentado				
Sequestro e Cárcere Privado				
Tráfico			2	2
Furto Qualificado				
Homicídio Qualificado e Lesão				
Crime de Tóxico				
Homicídio Simples				
Porte de Drogas				
Roubo Majorado			3	3
Roubo Qualificado			3	3
Tentativa de roubo duplamente qualificado				
Tráfico de entorpecente			3	3
Outros <i>Roubo seguido de morte</i>			2	2
Agressão				
Porte de Drogas				
Porte ilegal de Arma			2	2
Sequestro				
Total			41	41

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

8. Situação do Adolescente - ENTRADA

Especificação	Nº Adolescentes
Descumprimento de Medida	
Primeira Medida de Internação	1
Progressão de Medida	5
Reincidência	2
Recapturado	
Total	8

9. Situação do Adolescente - SAÍDA

Especificação	Nº Adolescentes
Desinternado	
Evadido (Fuga)	5
Progressão de Medida	
Óbito	
Transferência p/ Outra Unidade	
Regressão de Medida	
Total	5

10. Situação do Adolescente

Especificação	Nº Adolescentes
Provisória	
Sentenciado	
Total	

11. Encaminhamentos

Especificação	Na Unidade	Fora da Unidade
Enfermaria		
Odontologia		
Médico/ambulatorial		
Laboratório		
Serviço Social/Adolesc.		
Psicólogo/ Adolescentes		
Mercado de trabalho		
Retirada de Documentos		
Sistema de Justiça		
Jurídico		
Serviço Social/Familiares		
Psicólogo/ Familiares		
Encaminhamento CAPS		
Atividade Ocupacional		
Psicoterapia		
Hospital		
Outro (Direção)		
Total		

12. Atendimento Sócio Familiar

Especificação	Quantitativo
Atendimento do Serviço Social a Família	11
Atendimento Individual com a Família	7
Atendimento Psicológico a Família	
Família Atendidas na Unidade	9
Nº de Famílias Atendidas no Total	
Famílias Encaminhadas a Cursos	
Reuniões com a Família	
Visitas Domiciliares	
Outros Encaminhamentos	
Visita Inst.	
Relatório comportam.	3
Total	30

13. Atividades

Especificação	Nº Adolescentes
Grupos Operativos	
Avaliação Psicosocial	14
acolhimento	12
encerramentode medida oficina pedag	
passelo est ciências	
Atendimento no PIA	
Estudos de Caso	
Rodas de Conversa	
Visita Escolar	
Atendimento Individual	9
acom. Curso padaria	
Reunião-eixo cultural	
matriculados	
aplicação de medida	
sinia e cadastro	
reunião tecnica padaria	
alimentação sipia	
visita individual	
Total	35

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

14. Oficinas

Especificação	Nº Adolescentes
Informática	
Horticultura	
Teatro	
Espiritualidade	
Material de Limpeza	
Fabricação de Garrafas	
Mosaico	
Cerâmica	
Capoeira	
Aeróbica	
Desempenho Ocupacional	
Música <i>aula de violão</i>	6
Pintura artes Visuais	
Tear	
Outros (Letramento)	
Total	6

15. Órgão Parceiros do Mês

Órgão	Forma de Participação
Secretaria E. Est e Munic.	Inserção na Escola
SecretariaSaúde do Munic	Marcação de Fisioterapia
Cras Cristo	Inserção em Cursos
Juizado e Promotora	Mutirão de Liberação
Reunião Alimentando Lacos	09 Famílias
CENDAC	PROJETO ALIMENTANDO LAÇOS
CAIS	ATENDIMENTO MÉDICO
CONTRATO PADARIA	2
Atendimento individual	
SERJUR	Conferencia da Juventude

16. Adolescentes por Origem

[illegible]

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

17. Média Mensal de Adolescentes Atendidos

Dia Do Mês	Saldo	Entradas	Saídas	Total Dia
01	0			
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30				
31				

☐ Relatório Finalizado

Total de Atendidos no Mês

Média Mensal



RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

Unidade:	SEMILIBERDADE	Telefone:	3214 3300
Diretor(a):	DARCYWENDOW LEITE P DE LACERDA	Celular:	
Email:		Cidade:	JOÃO PESSOA
Usuários:	<input checked="" type="radio"/> Masculino <input type="radio"/> Feminino	Mês:	Julho de 2016

1. Adolescentes por Faixa Etária e Medida Socioeducativa

CAPACIDADE DA UNIDADE:

Idade	Internação	Internação Provisória	Descumprimento de Medida	Total
12 Anos				
13 Anos				
14 Anos				
15 Anos	2			
16 Anos	5			
17 Anos	9			
18 Anos	12			
19 Anos	7			
20 Anos	2			
21 Anos				
Total	37			0

2. Adolescentes por Estado Civil

Situação	Nº Adolescentes
Solteiro	27
Casado ou União Estável	6
Separado ou Divorciado	
Viúvo	
Total	33

3. Adolescentes por Faixa de Renda
(SM = Salário Mínimo)

Renda	Nº Adolescentes
Sem Renda	
Menos de 01 salário	3
01 a 02 salários	13
Acima de 2 SM	3
Total	19

4. Adolescentes por Grau de Escolaridade

Faixa	Nº Adolescentes
Analfabeto / Alfabetização	
Fundamental Incompleto	29
Fundamental Completo	
Médio Incompleto	5
Médio Completo	1
Superior Incompleto	
Superior Completo	
Supletivo	
Total	35

5. Adolescentes por Raça ou Cor

Raça ou Cor	Nº Adolescentes
Branca	4
Preta / Negra	14
Parda	19
Amarela	
Indígena	
Outra	
Total	37

6. Informações da Rede Escolar

Renda	Nº Adolescentes
Matriculado na Escola	
Reforço Escolar na Unidade/ Fora da Escola	
Acompanhado na Escola	
Frequentando a Escola	
Total	

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

8. Situação do Adolescente - ENTRADA

Especificação	Nº Adolescentes
Descumprimento de Medida	
Primeira Medida de Internação	2
Regressão de Medida	1
<i>Progressão</i>	
Recapturação	12
	15

9. Situação do Adolescente - SAÍDA

Especificação	Nº Adolescentes
Desinternado	4
Evadido (Fuga)	5
Progressão de Medida	7
Óbito	
Transferência p/ Outra Unidade	
Regressão de Medida	
Total	16

10. Situação do Adolescente

Especificação	Nº Adolescentes
Provisória	
Sentenciado	
Total	

11. Encaminhamentos

Especificação	Na Unidade	Fora da Unidade
Enfermaria		
Odontologia		
Médico/ambulatorial		
Laboratório		
Serviço Social/Adolesc.		
Psicólogo/ Adolescentes		
Mercado de trabalho		
Retirada de Documentos		1
Sistema de Justiça		
Jurídico		
Serviço Social/Familiares		
Psicólogo/ Familiares		
Encaminhamento CAPS		
Atividade Ocupacional		
Psicoterapia		
Hospital		
Outro (Direção)	1	
Totals	1	1
		2

12. Atendimento Sócio Familiar

Especificação	Quantitativo
Atendimento do Serviço Social a Família	15
Atendimento Individual com a Família	16
Atendimento Psicológico a Família	
Família Atendidas na Unidade	19
Nº de Famílias Atendidas no Total	
Famílias Encaminhadas a Cursos	
Reuniões com a Família	7
Visitas Domiciliares	
Outros Encaminhamentos	
Visita Inst.	
	57

13. Atividades

Especificação	Nº Adolescentes
Grupos Operativos	
Avaliação Psicosocial	2
acolhimento	17
encerramentode medida oficina pedag	
passeio est ciências	
Atendimento no PIA	
Estudos de Caso	
Rodas de Conversa	
Visita Escolar	
Atendimento Individual	23
acom. Curso padaria	
Reunião-eixo cultural	
vacinação H1N1	
aplicação de medida sinia e cadastro	
reunião tecnica padaria	
alimentação sipia	
visita individual	
Total	42

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

14. Oficinas

Especificação	Nº Adolescentes
Informática	
Horticultura	
Teatro	
Espiritualidade	
Material de Limpeza	
Fabricação de Garrafas	
Mosaico	
Cerâmica	
Capoeira	
Aeróbica	
Desempenho Ocupacional	
Música e Dança	
Pintura artes Visuais	
Tear	
Outros (Letramento)	
Total	

15. Órgão Parceiros do Mês

[illegible]

16. Adolescentes por Origem

[illegible]

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

17. Média Mensal de Adolescentes Atendidos

Dia Do Mês	Saldo	Entradas	Saídas	Total Dia
01	0			
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30				
31				
Total de Atendidos no Mês				
Média Mensal				

☐ Relatório Finalizado

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

Unidade:	SEMILIBERDADE	Telefone:	3214 3300
Diretor(a):	DARCYWENDOW LEITE P DE LACERDA	Celular:	
Email:		Cidade:	JOÃO PESSOA
Usuários:	<input checked="" type="radio"/> Masculino <input type="radio"/> Feminino	Mês:	AGOSTO/2016

1. Adolescentes por Faixa Etária e Medida Socioeducativa

CAPACIDADE DA UNIDADE: Semiliberdade

Idade	Internação	Internação Provisória	Descumprimento de Medida	Total
12 Anos				
13 Anos				
14 Anos				
15 Anos	3			
16 Anos	8			
17 Anos	13			
18 Anos	12			
19 Anos	7			
20 Anos	1			
21 Anos				
Total	44			0

2. Adolescentes por Estado Civil

Situação	Nº Adolescentes
Solteiro	30
Casado ou União Estável	5
Separado ou Divorciado	
Viúvo	
Total	35

3. Adolescentes por Faixa de Renda
(SM = Salário Mínimo)

Renda	Nº Adolescentes
Sem Renda	
Menos de 01 salário	6
01 a 02 salários	6
Acima de 2 SM	
Total	12

4. Adolescentes por Grau de Escolaridade

Faixa	Nº Adolescentes
Analfabeto / Alfabetização	
Fundamental Incompleto	37
Fundamental Completo	
Médio Incompleto	6
Médio Completo	1
Superior Incompleto	
Superior Completo	
Supletivo	
Total	44

5. Adolescentes por Raça ou Cor

Raça ou Cor	Nº Adolescentes
Branca	5
Preta / Negra	12
Parda	25
Amarela	
Indígena	
Outra	
Total	42

6. Informações da Rede Escolar

Renda	Nº Adolescentes
Matriculado na Escola	7
Reforço Escolar na Unidade/ Fora da Escola	
Acompanhado na Escola	
Frequentando a Escola	
Total	

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

7. Ato Infracional Cometido

(Se houver outros, acrescentar nas linhas de baixo)

Tipificação	Internação	Internação Provisória	Semiliberdade	Total
Ameaça de Morte				
Assalto	8			8
Atentado Violento ao Pudor				
Busca e Apreensão				
Dano				
Estelionato				
Estupro				
Formação de Quadrilha				
Furto				
Homicídio	2			2
Homicídio Qualificado	1			1
Homicídio Tentado	3			3
Latrocínio				
Latrocínio Tentado				
Lesão Corporal				
Porte de Arma Branca				
Porte de Arma de Fogo	1			1
Receptação				
Roubo	8			8
Roubo Tentado	2			2
Sequestro e Cárcere Privado				
Tráfico				
Furto Qualificado				
Homicídio Qualificado e Lesão	1			1
Crime de Tóxico				
Homicídio Simples				
Porte de Drogas				
Roubo Majorado	3			3
Roubo Qualificado	5			5
Tentativa de roubo duplamente qualificado				
Tráfico de entorpecente	5			5
Outros	2			2
Agressão				
Porte de Drogas				
Porte ilegal de Arma	3			3
Sequestro				
Total	44			44

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

8. Situação do Adolescente - ENTRADA

Especificação	Nº Adolescentes
Descumprimento de Medida	
Primeira Medida de Internação	7
Regressão de Medida	
Reincidência	
Recapturado	5
Total	12

9. Situação do Adolescente - SAÍDA

Especificação	Nº Adolescentes
Desinternado	
Evadido (Fuga)	7
Progressão de Medida	
Óbito	
Transferência p/ Outra Unidade	
Regressão de Medida	
Total	7

10. Situação do Adolescente

Especificação	Nº Adolescentes
Provisória	
Sentenciado	
Total	

11. Encaminhamentos

Especificação	Na Unidade	Fora da Unidade	Total
Enfermaria			
Odontologia			
Médico/ambulatorial			
Laboratório			
Serviço Social/Adolesc.			
Psicólogo/ Adolescentes			
Mercado de trabalho			
Retirada de Documentos			
Sistema de Justiça			
Jurídico			
Serviço Social/Familiares			
Psicólogo/ Familiares			
Encaminhamento CAPS			
Atividade Ocupacional			
Psicoterapia			
Hospital			
Outro (Direção)	1		
Totais	1		1

12. Atendimento Sócio Familiar

Especificação	Quantitativo
Atendimento do Serviço Social a Família	22
Atendimento Individual com a Família	15
Atendimento Psicológico a Família	
Família Atendidas na Unidade	21
Nº de Famílias Atendidas no Total	
Famílias Encaminhadas a Cursos	
Reuniões com a Família	
Visitas Domiciliares	
Outros Encaminhamentos	
Visita Inst.	
Total	58

13. Atividades

Especificação	Nº Adolescentes
Grupos Operativos	
Avaliação Psicosocial	2
acolhimento	17
encerramentode medida oficina pedag	
passeio est ciências	
Atendimento no PIA	
acomp.escolar	7
Rodas de Conversa	
Visita Escolar	15
Atendimento Individual	27
acomp. Curso padaria	1
matriculados	7
vacinação H1N1	
aplicação de medida sipia e cadastro	
reunião tecnica padaria	
alimentação sipia	
visita individual	
Total	76

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

14. Oficinas

Especificação	Nº Adolescentes
Informática	
Horticultura	
Teatro	
Espiritualidade	
Material de Limpeza	
Fabricação de Garrafas	
Mosaico	
Cerâmica	
Capoeira	
Aeróbica	
Desempenho Ocupacional	
Música e Dança	
Pintura artes Visuais	
Tear	
Outros (Letramento)	
Total	

15. Órgão Parceiros do Mês

Órgão	Forma de Participação
Secretaria E. Est.e Munic.	Inserção na Escola
SecretariaSaúde do Munic	Marcação de Fisioterapia
Cras Cristo	Inserção em Cursos
Juízado e Promotora	Mutirão de Liberação
Reunião Alimentando Laços	09 Famílias
CENDAC	PROJETO ALIMENTANDO LAÇOS
CAIS	ATENDIMENTO MÉDICO
CONTRATO PADARIA	1
Atendimento individual	
SERJUR	Conferencia da Juventude

16. Adolescentes por Origem

[illegible]

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

17. Média Mensal de Adolescentes Atendidos

Dia Do Mês	Saldo	Entradas	Saídas	Total Dia
01	0			
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30				
31				

☐ Relatório Finalizado

Total de Atendidos no Mês

Média Mensal

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

Unidade: **SEMILIBERDADE** Telefone: **3214 3300**
Diretor(a): **DARCYWENDOW LEITE P DE LACERDA** Celular:
Email: Cidade: **JOÃO PESSOA**
Usuários: ☒ Masculino ☐ Feminino Mês: **Setembro / 16**

1. Adolescentes por Faixa Etária e Medida Socioeducativa

CAPACIDADE DA UNIDADE:

Idade	Internação	Internação Provisória	Descumprimento de Medida	Total
12 Anos				
13 Anos				
14 Anos				
15 Anos	2			
16 Anos	7			
17 Anos	10			
18 Anos	9			
19 Anos	5			
20 Anos	2			
21 Anos				
Total	35			0

2. Adolescentes por Estado Civil

Situação	Nº Adolescentes
Solteiro	20
Casado ou União Estável	5
Separado ou Divorciado	
Viúvo	
Total	25

3. Adolescentes por Faixa de Renda

(SM = Salário Mínimo)

Renda	Nº Adolescentes
Sem Renda	
Menos de 01 salário	6
01 a 02 salários	5
Acima de 2 SM	
Total	11

4. Adolescentes por Grau de Escolaridade

Faixa	Nº Adolescentes
Analfabeto / Alfabetização	
Fundamental Incompleto	27
Fundamental Completo	5
Médio Incompleto	1
Médio Completo	
Superior Incompleto	
Superior Completo	
Supletivo	
Total	33

5. Adolescentes por Raça ou Cor

Raça ou Cor	Nº Adolescentes
Branca	5
Preta / Negra	9
Parda	17
Amarela	
Indígena	
Outra	
Total	31

6. Informações da Rede Escolar

Renda	Nº Adolescentes
Matriculado na Escola	
Reforço Escolar na Unidade/ Fora da Escola	
Acompanhado na Escola	5
Frequentando a Escola	5
Total	10

[illegible][illegible]

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

17. Média Mensal de Adolescentes Atendidos

Dia Do Mês	Saldo	Entradas	Saídas	Total Dia
01	0			
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30				
31				
				Total de Atendidos no Mês
				Média Mensal

☐ Relatório Finalizado

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

Unidade:	SEMILIBERDADE	Telefone:	3214 3300
Diretor(a):	DARCYWENDOW LEITE P DE LACERDA	Celular:	
Email:		Cidade:	JOÃO PESSOA
Usuários:	<input checked="" type="radio"/> Masculino <input type="radio"/> Feminino	Mês:	Outubro de 2016

1. Adolescentes por Faixa Etária e Medida Socioeducativa

CAPACIDADE DA UNIDADE:

Idade	Internação	Internação Provisória	Descumprimento de Medida	Total
12 Anos				
13 Anos				
14 Anos				
15 Anos	2			
16 Anos	7			
17 Anos	10			
18 Anos	9			
19 Anos	5			
20 Anos	2			
21 Anos				
Total	35			0

2. Adolescentes por Estado Civil

Situação	Nº Adolescentes
Solteiro	20
Casado ou União Estável	5
Separado ou Divorciado	
Viúvo	
Total	25

3. Adolescentes por Faixa de Renda
(SM = Salário Mínimo)

Renda	Nº Adolescentes
Sem Renda	
Menos de 01 salário	6
01 a 02 salários	5
Acima de 2 SM	
Total	11

4. Adolescentes por Grau de Escolaridade

Faixa	Nº Adolescentes
Analfabeto / Alfabetização	
Fundamental Incompleto	27
Fundamental Completo	5
Médio Incompleto	1
Médio Completo	
Superior Incompleto	
Superior Completo	
Supletivo	
Total	33

5. Adolescentes por Raça ou Cor

Raça ou Cor	Nº Adolescentes
Branca	5
Preta / Negra	9
Parda	17
Amarela	
Indígena	
Outra	
Total	31

6. Informações da Rede Escolar

Renda	Nº Adolescentes
Matriculado na Escola	
Reforço Escolar na Unidade/ Fora da Escola	
Acompanhado na Escola	5
Frequentando a Escola	5
Total	10

Diretor: Darcywendow Leite de Lacerda
Mat. Nº 663.652-2

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

7. Ato Infracional Cometido

(Se houver outros, acrescentar nas linhas de baixo)

Tipificação	Internação	Internação Provisória	Semiliberdade	Total
Ameaça de Morte				
Assalto	8			8
Atentado Violento ao Pudor				
Busca e Apreensão				
Dano				
Estelionato				
Estupro				
Formação de Quadrilha				
Furto				
Homicídio	1			1
Homicídio Qualificado	1			1
Homicídio Tentado	3			3
Latrocínio	1			1
Latrocínio Tentado				
Lesão Corporal				
Porte de Arma Branca				
Porte de Arma de Fogo	1			1
Receptação				
Roubo	6			6
Roubo Tentado	2			2
Sequestro e Cárcere Privado				
Tráfico				
Furto Qualificado				
Homicídio Qualificado e Lesão	1			1
Crime de Tóxico				
Homicídio Simples				
Porte de Drogas				
Roubo Majorado	1			1
Roubo Qualificado	5			5
Tentativa de roubo duplamente qualificado				
Tráfico de entorpecente	3			3
Outros	1			1
Agressão				
Porte de Drogas				
Porte ilegal de Arma	3			3
Sequestro				
Total	37			37

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

8. Situação do Adolescente - ENTRADA

Especificação	Nº Adolescentes
Descumprimento de Medida	1
Primeira Medida de Internação	2
Progressão	1
Reincidência	1
Recapturado	5

9. Situação do Adolescente - SAÍDA

Especificação	Nº Adolescentes
Desinternado	
Evadido (Fuga)	6
Progressão de Medida	
Óbito	1
Transferência p/ Outra Unidade	
Regressão de Medida	
Total	7

10. Situação do Adolescente

Especificação	Nº Adolescentes
Provisória	
Sentenciado	
Total	

11. Encaminhamentos

Especificação	Na Unidade	Fora da Unidade	
Enfermaria			
Odontologia			
Médico/ambulatorial		1	
Laboratório			
Serviço Social/Adolesc.			
Psicólogo/ Adolescentes			
Mercado de trabalho			
Retirada de Documentos			
Sistema de Justiça			
Jurídico			
Serviço Social/Familiares			
Psicólogo/ Familiares			
Encaminhamento CAPS			
Atividade Ocupacional		1	
Psicoterapia			
Hospital			
Outro (Direção)			
Totais		2	2

12. Atendimento Sócio Familiar

Especificação	Quantitativo
Atendimento do Serviço Social a Família	5
Atendimento Individual com a Família	6
Atendimento Psicológico a Família	
Família Atendidas na Unidade	
Nº de Famílias Atendidas no Total	
Famílias Encaminhadas a Cursos	
Reuniões com a Família	1
Visitas Domiciliares	1
Outros Encaminhamentos	
Visita Inst.	
Total	13

13. Atividades

Especificação	Nº Adolescentes
Grupos Operativos	
Avaliação Psicosocial	
acolhimento	3
encerramentode medida oficina pedag	
passelo est ciências	
Atendimento no PIA	
acomp.escolar	
Rodas de Conversa	
Visita Escolar	
Atemdimento Individual	6
acomp. Curso padaria	1
matriculados	
vacinação H1N1 aplicação de medida sinia e cadastro	
reunião técnica padaria	
alimentação sipia	
visita individual	
Total	10

15. Órgão Parceiros do Mês

[illegible]

16. Adolescentes por Origem

[illegible]

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

17. Média Mensal de Adolescentes Atendidos

Dia Do Mês	Saldo	Entradas	Saídas	Total Dia
01	0			
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30				
31				
				Total de Atendidos no Mês
				Média Mensal

☐ Relatório Finalizado

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

Unidade:	SEMILIBERDADE	Telefone:	3214 3300
Diretor(a):	DARCYWENDOW LEITE P DE LACERDA	Celular:	
Email:		Cidade:	JOÃO PESSOA
Usuários:	<input checked="" type="radio"/> Masculino <input type="radio"/> Feminino	Mês:	NOVEMBRO de 2016

1. Adolescentes por Faixa Etária e Medida Socioeducativa

CAPACIDADE DA UNIDADE:

Idade	Internação	Internação Provisória	Descumprimento de Medida	Total
12 Anos				
13 Anos				
14 Anos				
15 Anos	2			
16 Anos	7			
17 Anos	9			
18 Anos	5			
19 Anos	10			
20 Anos	1			
21 Anos				
Total	34			0

2. Adolescentes por Estado Civil

Situação	Nº Adolescentes
Solteiro	19
Casado ou União Estável	5
Separado ou Divorciado	
Viúvo	
Total	24

3. Adolescentes por Faixa de Renda
(SM = Salário Mínimo)

Renda	Nº Adolescentes
Sem Renda	
Menos de 01 salário	6
01 a 02 salários	5
Acima de 2 SM	
Total	11

4. Adolescentes por Grau de Escolaridade

Faixa	Nº Adolescentes
Analfabeto / Alfabetização	
Fundamental Incompleto	26
Fundamental Completo	5
Médio Incompleto	1
Médio Completo	
Superior Incompleto	
Superior Completo	
Supletivo	
Total	32

5. Adolescentes por Raça ou Cor

Raça ou Cor	Nº Adolescentes
Branca	5
Preta / Negra	9
Parda	17
Amarela	
Indígena	
Outra	
Total	31

6. Informações da Rede Escolar

Renda	Nº Adolescentes
Matriculado na Escola	
Reforço Escolar na Unidade/ Fora da Escola	
Acompanhado na Escola	
Frequentando a Escola	
Total	

Darcywendow Leite de Lacerda
Diretor: 
Mat. Nº 663.6524

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

(Se houver outros, acrescentar nas linhas de baixo)

7. Ato Infracional Cometido

Tipificação	Internação	Internação Provisória	Semiliberdade	Total
Ameaça de Morte				
Assalto	8			8
Atentado Violento ao Pudor				
Busca e Apreensão				
Dano				
Estelionato				
Estupro				
Formação de Quadrilha				
Furto				
Homicídio	1			1
Homicídio Qualificado	1			1
Homicídio Tentado	3			3
Latrocínio	1			1
Latrocínio Tentado				
Lesão Corporal				
Porte de Arma Branca				
Porte de Arma de Fogo	1			1
Receptação				
Roubo	6			6
Roubo Tentado	2			2
Sequestro e Cárcere Privado				
Tráfico				
Furto Qualificado				
Homicídio Qualificado e Lesão	1			1
Crime de Tóxico				
Homicídio Simples				
Porte de Drogas				
Roubo Majorado	1			1
Roubo Qualificado	4			4
Tentativa de roubo duplamente qualificado				
Tráfico de entorpecente	3			3
Outros	1			1
Agressão				
Porte de Drogas				
Porte ilegal de Arma	3			3
Sequestro				
Total	36			36

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

8. Situação do Adolescente - ENTRADA

Especificação	Nº Adolescentes
Descumprimento de Medida	
Primeira Medida de Internação	6
PROGRESSÃO	2
Reincidência	1
Recapturado	1
	10

9. Situação do Adolescente - SAÍDA

Especificação	Nº Adolescentes
Desinternado	
Evadido (Fuga)	3
Progressão de Medida	
Óbito	
Transferência p/ Outra Unidade	
Regressão de Medida	
Total	3

10. Situação do Adolescente

Especificação	Nº Adolescentes
Provisória	
Sentenciado	
Total	

11. Encaminhamentos

Especificação	Na Unidade	Fora da Unidade	
Enfermaria			
Odontologia			
Médico/ambulatorial			
Laboratório			
Serviço Social/Adolesc.			
Psicólogo/ Adolescentes			
Mercado de trabalho			
Retirada de Documentos			
Sistema de Justiça			
Jurídico			
Serviço Social/Familiares			
Psicólogo/ Familiares			
Encaminhamento CAPS			
Atividade Ocupacional			
Psicoterapia			
Hospital			
Outro (Direção)	1		Total
Totais	1		1

12. Atendimento Sócio Familiar

Especificação	Quantitativo
Atendimento do Serviço Social a Família	7
Atendimento Individual com a Família	7
Atendimento Psicológico a Família	
Família Atendidas na Unidade	7
Nº de Famílias Atendidas no Total	
Famílias Encaminhadas a Cursos	
Reuniões com a Família	
Visitas Domiciliares	
Outros Encaminhamentos	
Visita Inst.	
Relatório psicosocial	3
	24

13. Atividades

Especificação	Nº Adolescentes
Grupos Operativos	
Avaliação Psicosocial	
acolhimento	12
encerramentode medida oficina pedag	
passeio est ciências	
Atendimento no PIA	
acomp.escolar	
Rodas de Conversa	1
Visita Escolar	
Atemdimento Individual	12
acomp. Curso padaria	
matriculados	
vacinação H1N1	
aplicação de medida sopia e cadastro	
reunião tecnica padaria	
alimentação sipia	31
visita da equipe UFPB e UEPB e CREAS	11
Total	67

FUNDÇÃO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE "ALICE DE ALMEIDA" - FUNDAC

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

14. Oficinas

Especificação	Nº Adolescentes
Informática	
Horticultura	
Teatro	
Espiritualidade	
Material de Limpeza	
Fabricação de Garrafas	
Mosaico	
Cerâmica	
Capoeira	
Aeróbica	
Desempenho Ocupacional	
Música e Dança	
Pintura artes Visuais	
Tear	
Outros (Letramento)	
Total	

15. Órgão Parceiros do Mês

[illegible]

16. Adolescentes por Origem

[illegible]

17. Média Mensal de Adolescentes Atendidos

Dia Do Mês	Saldo	Entradas	Saldas	Total Dia
01	0			
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30				
31				

☐ Relatório Finalizado

Total de Atendidos no Mês

Média Mensal

UD3 200 0A2AJ3K

END OF DOCUMENT

AGIADAGAG

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

Unidade: SEMILIBERDADE Telefone: 3214 3300
Diretor(a): DARCYWENDOW LEITE P DE LACERDA Celular:
Email: Cidade: JOÃO PESSOA
Usuários: ☒ Masculino ☐ Feminino Mês: Dezembro de 2016

1. Adolescentes por Faixa Etária e Medida Socioeducativa

CAPACIDADE DA UNIDADE:

Idade	Internação	Internação Provisória	Descumprimento de Medida	Total
12 Anos				
13 Anos				
14 Anos				
15 Anos				
16 Anos	2			
17 Anos	5			
18 Anos	10			
19 Anos	2			
20 Anos	8			
21 Anos	3			
Total	30			0

2. Adolescentes por Estado Civil

Situação	Nº Adolescentes
Solteiro	26
Casado ou União Estável	4
Separado ou Divorciado	
Viúvo	
Total	30

3. Adolescentes por Faixa de Renda
(SM = Salário Mínimo)

Renda	Nº Adolescentes
Sem Renda	
Menos de 01 salário	
01 a 02 salários	
Acima de 2 SM	
Total	

4. Adolescentes por Grau de Escolaridade

Faixa	Nº Adolescentes
Analfabeto / Alfabetização	1
Fundamental Incompleto	26
Fundamental Completo	2
Médio Incompleto	1
Médio Completo	
Superior Incompleto	
Superior Completo	
Supletivo	
Total	30

5. Adolescentes por Raça ou Cor

Raça ou Cor	Nº Adolescentes
Branca	4
Preta / Negra	1
Parda	25
Amarela	
Indígena	
Outra	
Total	30

6. Informações da Rede Escolar

Renda	Nº Adolescentes
Matriculado na Escola	1
Reforço Escolar na Unidade/ Fora da Escola	
Acompanhado na Escola	
Frequentando a Escola	
Total	

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU
7. Ato Infracional Cometido

(Se houver outros, acrescentar nas linhas de baixo)

Tipificação	Internação	Internação Provisória	Semiliberdade	Total
Ameaça de Morte				
Assalto	2			2
Atentado Violento ao Pudor				
Busca e Apreensão				
Dano				
Estelionato				
Estupro	3			3
Formação de Quadrilha				
Furto				
Homicídio	1			1
Homicídio Qualificado	3			3
Homicídio Tentado	1			1
Latrocínio	1			1
Latrocínio Tentado				
Lesão Corporal	1			1
Porte de Arma Branca	1			1
Porte de Arma de Fogo	1			1
Receptação				
Roubo	1			1
Roubo Tentado				
Sequestro e Cárcere Privado				
Tráfico	4			4
Furto Qualificado				
Homicídio Qualificado e Lesão	1			1
Crime de Tóxico				
Homicídio Simples				
Porte de Drogas				
Roubo Majorado	3			3
Roubo Qualificado				
Tentativa de roubo duplamente qualificado				
Tráfico de entorpecente	2			2
Outros				
Agressão				
Porte de Drogas				
Porte ilegal de Arma	5			5
Sequestro				
Total	30			30

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

8. Situação do Adolescente - ENTRADA

Especificação	Nº Adolescentes
Descumprimento de Medida	
Primeira Medida de Internação	4
Regressão de Medida	
Reincidência	
Recapturado	4
Total	8

9. Situação do Adolescente - SAÍDA

Especificação	Nº Adolescentes
Desinternado	
Evadido (Fuga)	3
Progressão de Medida	
Óbito	
Transferência p/ Outra Unidade	
Regressão de Medida	
Total	3

10. Situação do Adolescente

Especificação	Nº Adolescentes
Provisória	
Sentenciado	
Total	

11. Encaminhamentos

Especificação	Na Unidade	Fora da Unidade	
Enfermaria			
Odontologia			
Médico/ambulatorial			
Laboratório			
Serviço Social/Adolesc.			
Psicólogo/ Adolescentes			
Mercado de trabalho			
Retirada de Documentos			
Sistema de Justiça			
Jurídico			
Serviço Social/Familiares			
Psicólogo/ Familiares			
Encaminhamento CAPS			
Atividade Ocupacional			
Psicoterapia			
Hospital			
Outro (Direção)	1		
Totais	1		1

12. Atendimento Sócio Familiar

Especificação	Quantitativo
Atendimento do Serviço Social a Família	4
Atendimento Individual com a Família	5
Atendimento Psicológico a Família	
Família Atendidas na Unidade	3
Nº de Famílias Atendidas no Total	
Famílias Encaminhadas a Cursos	
Reuniões com a Família	
Visitas Domiciliares	
Outros Encaminhamentos	
Visita Inst.	
Relatório psicossocial	
Total	12

13. Atividades

Especificação	Nº Adolescentes
Grupos Operativos	
Avaliação Psicossocial	1
acolhimento	6
encerramentode medida oficina pedag	
passeio est ciências	
Atendimento no PIA	
acomp.escolar	
Rodas de Conversa	
Visita Escolar	
Atendimento Individual	5
acomp. Curso padaria	
matriculados	
vacinação H1N1	
aplicação de medida	
sinia e cadastro	
reunião tecnica padaria	
alimentação sipia	
visita da equipe UFPB e UEPB e CREAS	
Total	12

Órgão	Forma de Participação
Secretaria E. Est.e Munic.	Inserção na Escola
SecretariaSaúde do Munic	Marcação de Fisioterapia
Cras Cristo	Inserção em Cursos
Juizado e Promotora	Mutirão de Liberação
Reunião Alimentando Laços	
CENDAC	PROJETO ALIMENTANDO LAÇOS
CAIS	ATENDIMENTO MÉDICO
CONTRATO PADARIA	1
Atendimento individual	
SERJUR	Conferencia da Juventude

[illegible]

RELATÓRIO MENSAL DAS UNIDADES - REMU

17. Média Mensal de Adolescentes Atendidos

Dia Do Mês	Saldo	Entradas	Saídas	Total Dia
01	0			
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30				
31				
				Total de Atendidos no Mês
				Média Mensal

☐ Relatório Finalizado